

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

153

153

SALVADOR • FEVEREIRO DE 2007



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

RONALD LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

José Soares Ribeiro

Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Carla Janira Souza do Nascimento

Fabiana Karine Pacheco dos Santos

Joseanie Aquino Mendonça

Nícia Moreira da Silva Santos

Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO

Maria José Bacelar

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

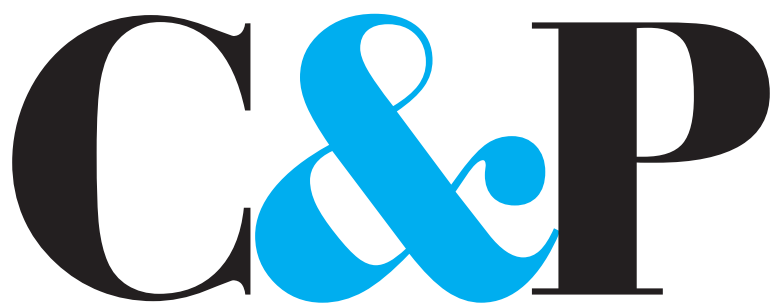
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

O avanço do comércio eletrônico no Brasil
Joseanie Mendonça 4

Conjuntura Econômica Baiana 6

Artigos

Importância da logística no desenvolvimento
da agricultura familiar no semi-árido baiano
André Pomponet 16

Educação e capital humano: evidências para
o caso brasileiro
Fábio Batista Mota
Flávio Carvalho Pinheiro Simões
Lúcio Flávio da Silva Freitas 21

Economia mundial: como as condições internacionais
têm ajudado os países emergentes e até quando?
Paulo Sérgio Souza Ferreira 26

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam
R\$ 9,8 bi 32

Notícias 36

Legislação 39

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 42

Indicadores Sociais 48

Finanças Públicas 58

Carta do Editor

O universo econômico é caracterizado por uma série de eventos interligados, determinando os rumos que uma determinada economia seguirá, bem como as possibilidades de se intervir neste universo de forma a traçar um percurso que seja do interesse comum, isto é, que vise o crescimento econômico e social da nação.

A revista Conjuntura & Planejamento (C&P) de nº 153 traz artigos que versam sobre alguns aspectos desse universo, desde os relacionados ao desenvolvimento da agricultura até fatores que implicam diretamente no crescimento econômico.

No artigo de André Pomponet é feita uma análise dos investimentos que vêm sendo realizados na área do semi-árido baiano com o objetivo de dinamizar a agricultura familiar. O autor destaca que um dos empecilhos ao desenvolvimento é o fator infra-estrutura logística. Já o artigo de Lúcio, Flávio e Fábio analisa os fatores que impactam no crescimento econômico, enfatizando o caso do Brasil. Tem como base o modelo macroeconômico de crescimento de Hall e Jones. Por fim, Paulo Sérgio expõe sua visão sobre os fatores externos que têm contribuído para o crescimento econômico dos países emergentes.

Assim, mais uma vez, a revista Conjuntura & Planejamento busca, por meio de seus artigos, contribuir para enriquecer as discussões acerca das iniciativas e dos fundamentos que regem o crescimento da economia brasileira, em especial da economia baiana, destacando os aspectos conjunturais, ao mesmo tempo em que enfatiza aspectos teóricos do pensamento econômico.

O avanço do comércio eletrônico no Brasil

Joseanie Mendonça*

A indústria de eletroeletrônicos apresentará um crescimento de 14% no faturamento em relação a 2005, conforme estimativas da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE). Esse desempenho foi capitaneado pelos segmentos de Informática e Transmissão e distribuição de energia elétrica. O crescimento do segmento de Informática será 22% maior em relação ao ano passado, devido às vendas de computadores pessoais (*desktops*, *notebooks*) e impressoras.

A chamada MP do Bem¹, que reduziu a carga tributária de computadores pessoais e *notebooks* e criou condições favoráveis para o financiamento de computadores de pequeno porte para a população de baixa renda, foi responsável pelo aquecimento das vendas destes produtos. De janeiro a setembro de 2006, na comparação com igual período do ano anterior, as vendas de *desktops* (computadores de mesa) cresceram 41% e as de *notebooks* (computadores portáteis) 113%. O mercado de PCs em 2006 deve atingir 8,3 milhões de unidades, 47% acima do ano anterior, estima a ABINEE.

Se concretizados, esses resultados impulsionarão mais ainda o comércio eletrônico (*e-commerce*), que vem experimentando bons resultados seguidamente, nos últimos quatro anos, conforme estudos realizados pela *E-bit* Consultoria, que desenvolve pesquisas desde o ano 2000, por meio do sistema *bitRat*², cujos resultados são divulgados no Relatório *Web Shoppers* na internet. Nos dados apresentados por esse relatório para o primeiro semestre de 2006, chamou a atenção a mudança do perfil do chamado *e-consumer* (consumidor que utiliza a internet para negociações).

Conforme o 15º Relatório *Web Shoppers*, com dados da *E-bit* para 2006, observou-se a adesão de pessoas

com renda familiar de até R\$ 3 mil ao comércio eletrônico, a chamada classe C, que respondeu por quase 45% das transações realizadas via internet.

O aumento da participação da classe C no *e-commerce* deve-se, em certa medida, a fatores como o barateamento dos computadores e à facilidade de seu financiamento por grandes lojas de varejo, além da proliferação de locais com acesso público à internet. Esse comportamento resultou num redesenho do perfil do *e-consumer*, nos relatórios da *E-bit*, que passou a ter renda média de R\$ 3,6 mil. Conseqüentemente, no tocante ao nível de escolaridade, cerca de 19% dos internautas que realizaram transações via *Web* em 2006 possuíam nível médio completo e 22% superior incompleto. O aumento do número de mulheres realizando transações comerciais via *Web* também cresceu 44% em 2006. Por conta disso, a base de internautas adeptos das compras virtuais cresceu também 44% em 2006. Estima-se que o número de internautas, atualmente, alcance 5,750 mil³ pessoas no Brasil.

No fechamento do ano de 2006, as compras *online* no segmento de varejo (transações com passagens

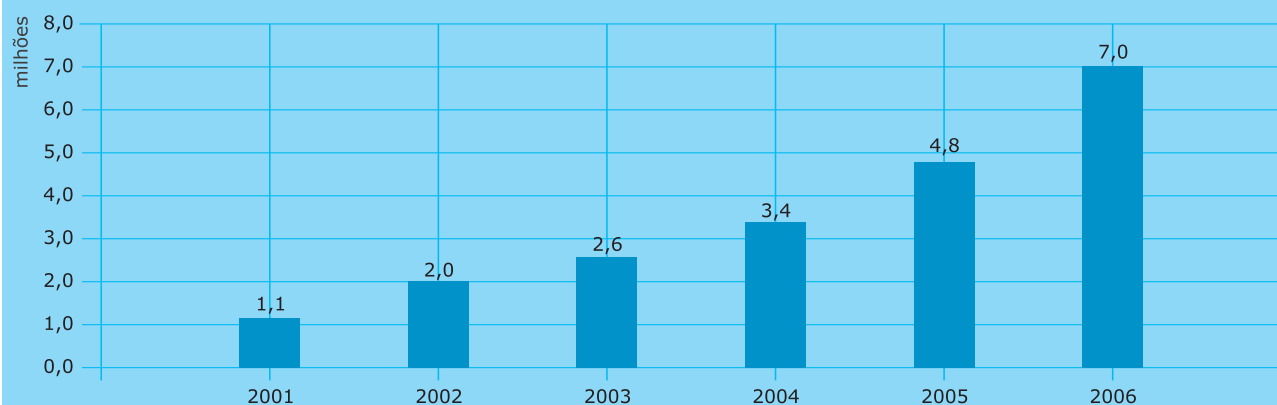
* Economista e pesquisadora da SEI.

¹ Medida Provisória 252 modificada pela Medida Provisória 255, que trata da redução de impostos para os computadores de até R\$ 2.500,00 e dá outras providências.

² Este sistema conta com cerca de 400 *sites* brasileiros de vendas (exceto venda de passagens aéreas, veículos e leilões). Os questionários *on-line* são respondidos pelos *e-consumidores* logo após o processo de compra e seus resultados compõem relatórios mensais, trimestrais e anuais (*Web-shoppers*). Além disso, a *E-bit* realiza pesquisas trimestrais de hábitos e tendências de consumo em parceria com o Instituto PROVAR (FIA/USP) e *PricewaterhouseCoopers*.

³ Este número refere-se apenas aos internautas que realizam compras pela internet.

Gráfico 1
Evolução do número de internautas, Brasil: 2001 - 2006



Fonte: e-bit

aéreas, automóveis e leilões não foram consideradas) cresceram 76%, conforme o Raio-X realizado pela *E-bit* para o período, totalizando um faturamento de R\$ 4,4 bilhões (em 2005 o valor total alcançou R\$ 2,5 bilhões). O valor médio anual de gasto foi da ordem de R\$ 296,00. Ao longo de 2006 foram realizadas 14,8 milhões de transações comerciais; a forma de pagamento mais utilizada foi o cartão de crédito (68% das transações).

Outra novidade apresentada pelo *Web Shoppers* diz respeito ao aumento da participação das mulheres nas compras virtuais. Nos primeiros seis meses deste ano, elas executaram 44% dessas transações comerciais, diante dos 41% do mesmo período de 2005. Todos esses fatores fizeram com que houvesse um incremento de 44% na base de *e-consumers* brasileiros, que agora formam um grupo de 5.750 milhões de pessoas, de um total de 32 milhões de pessoas que acessam a internet no Brasil.

Na lista de produtos mais vendidos via internet, o grupo formado por CDs, DVDs e vídeos perdeu a liderança que tinha no ano passado — caiu 6 pontos percentuais e agora tem 15,9% de mercado. A liderança, segundo o *Web Shoppers*, é exercida por livros, jornais e revistas, que totalizaram 18,4% das vendas online no primeiro semestre.

Para o ano de 2007, a Consultoria *E-bit* projeta um crescimento de 45% no total do faturamento do comércio eletrônico no Brasil, com base nas taxas de crescimento alcançadas até então. Além disso, pode-se esperar um aumento no número de internautas e de *e-consumers* com base no aumento da venda de computadores po-

Para o ano de 2007, a Consultoria *E-bit* projeta um crescimento de 45% no total do faturamento do comércio eletrônico no Brasil

pulares, beneficiado pelos incentivos governamentais. Esperam-se também mudanças nos hábitos de consumo dos internautas, tendo em vista a popularização de novos formatos digitais para utilização de vídeos e músicas. Isto reduziria as negociações para compra de CDs e DVDs e incentivaria a aquisição de produtos eletrônicos de maior valor agregado.

Referências

14º Relatório *Webshoppers*. Disponível em: <http://www.webshoppers.com.br>. Acesso em: 08 fev. 2007.

15º Relatório *Webshoppers*. Disponível em: <http://www.webshoppers.com.br>. Acesso em: 08 fev. 2007.

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. *Desempenho Setorial*. Disponível em: <http://www.abinee.org.br>. Acesso em: 08 fev. 2007.

SANDRINI. João. *Venda de PCs no país deve encostar na de TVs neste ano*. Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, B9, 03 fev. 2007. ■



Conjuntura Econômica Baiana

Os indicadores da atividade econômica, para o mês de novembro, mostraram desempenho positivo para as vendas do comércio e produção industrial. As vendas externas, por sua vez, tiveram desempenho negativo.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em novembro de 2006, variação positiva de 5,0% em relação ao mesmo mês de 2005. No acumulado do ano, a indústria apresentou crescimento de 4,5% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, os segmentos que registraram os maiores crescimentos foram: *celulose, papel e produtos de papel* (18,6%), *metalurgia básica* (10,6%) e *minerais não-metálicos* (6,1%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-6,2%) e *alimentos e bebidas* (-1,8%) registraram desempenho negativo no período.

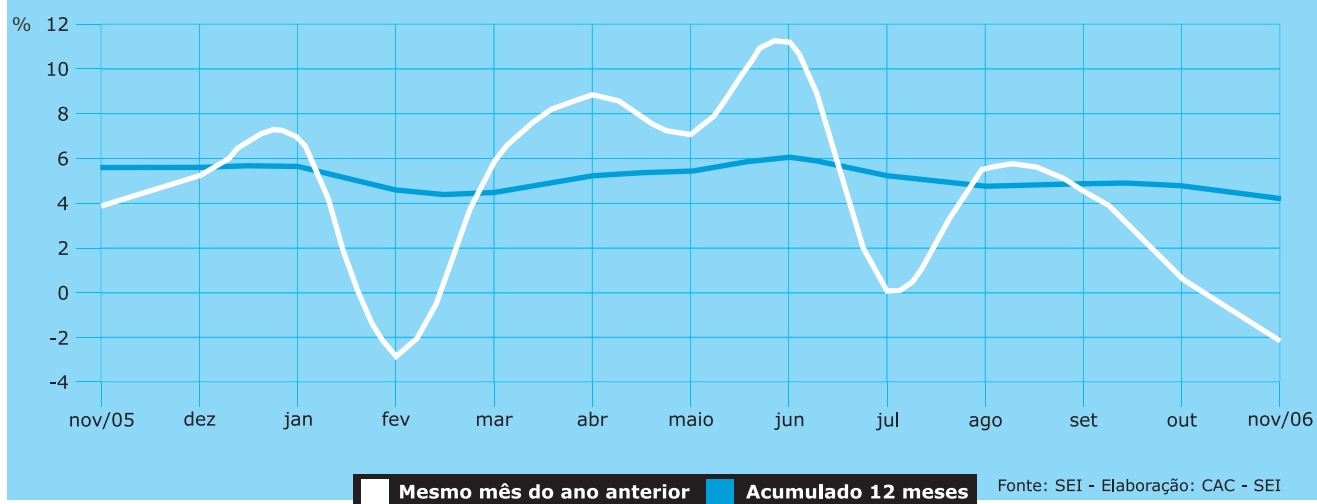
No que se refere ao comércio exterior, os dados para o mês de dezembro apresentaram crescimento das exportações e queda das importações. No ano, as exportações apresentaram crescimento de 13,1% e as importações cresceram 34,9%.

O comércio varejista, conforme dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 9,1% no volume das vendas no acumulado do ano. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (27,4%), *hipermercados e supermercados* (22,3%) e *móveis e eletrodomésticos* (20,1%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 21,0% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, no primeiro mês de 2007, variação de 1,2%. Esse expressivo aumento foi ocasionado particularmente pela elevação nos preços do item *transportes e comunicação*.

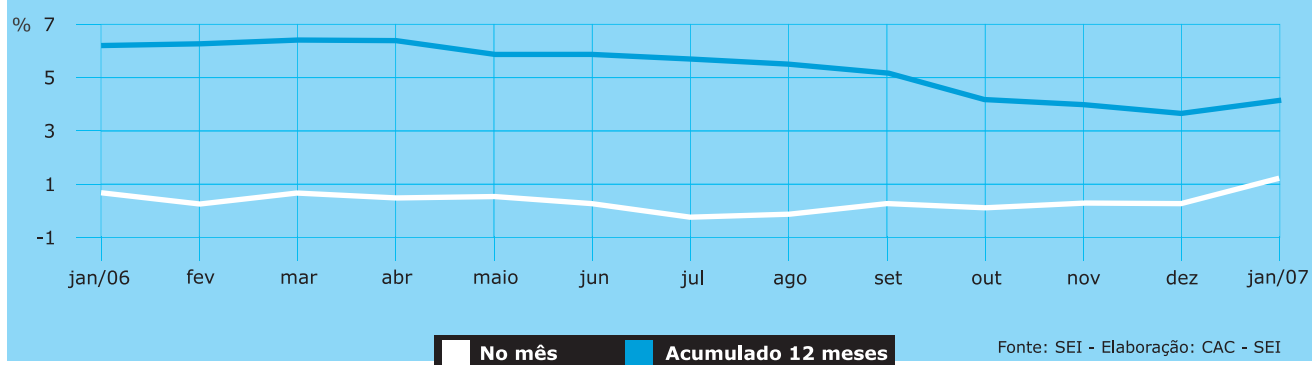
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de novembro com taxa de desemprego de 22,6% e média anual de 23,8%. Com relação ao rendimento, houve variação negativa de 0,5% na comparação entre nov.05/out.06 e o mesmo período do ano anterior.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



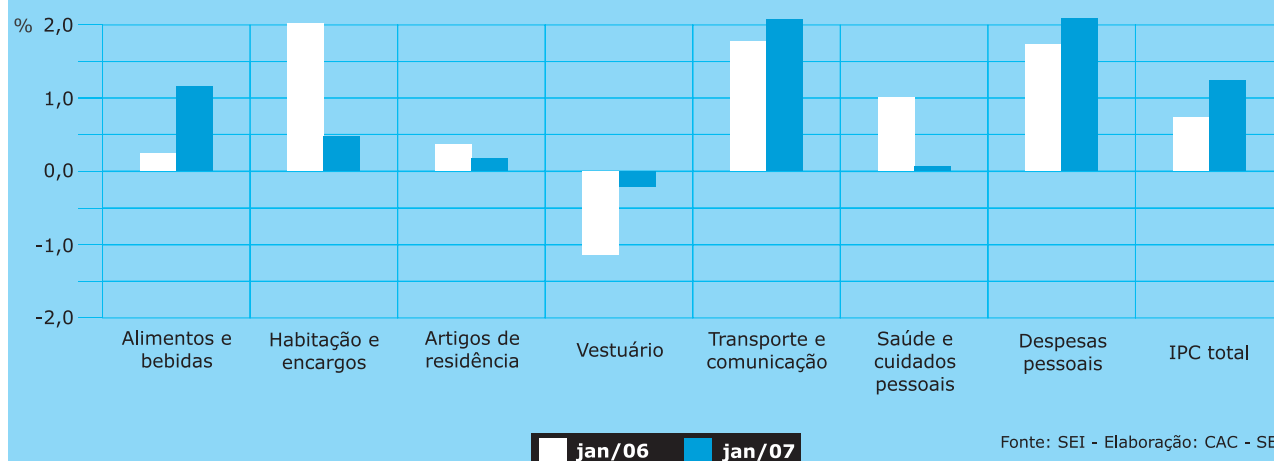
No mês de novembro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC), apresentou queda de 2,2%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. O índice também registrou queda na análise dos doze meses, ao recuar de 4,7% em outubro para 4,2% em novembro.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



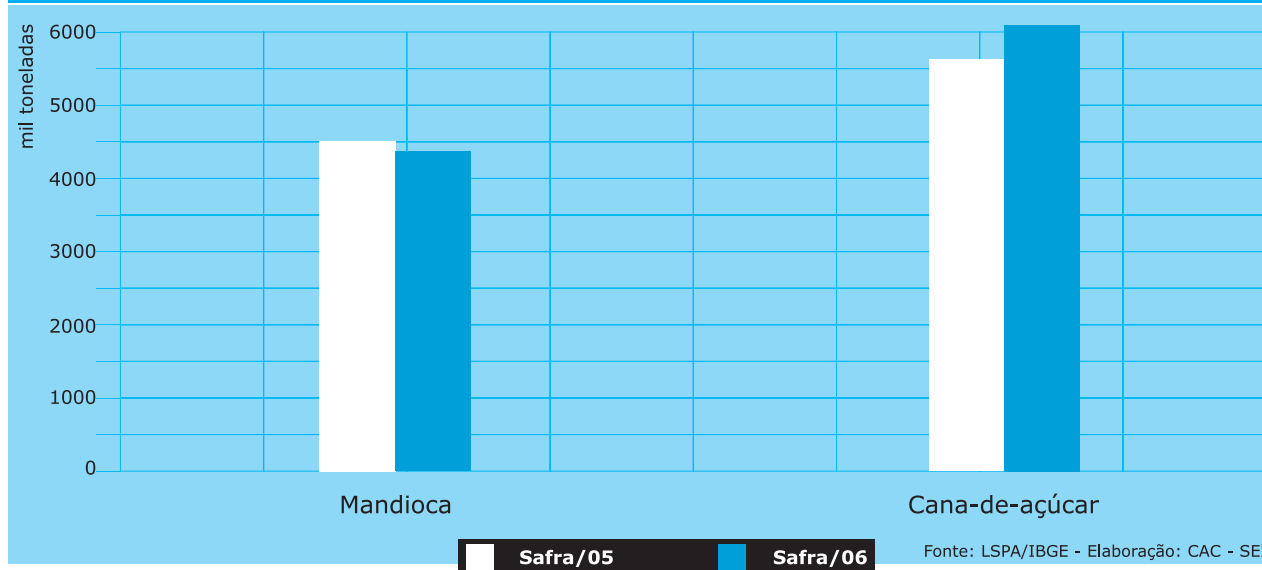
No mês de janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação de 1,22%. Esta foi a maior alta desde abril de 2003. Com esse resultado, o índice acumulou, nos doze meses, alta de 4,17%, revertendo a tendência de queda da inflação registrada nos últimos meses. *Habitação e encargos* (17,4%) e *alimentos e bebidas* (3,4%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



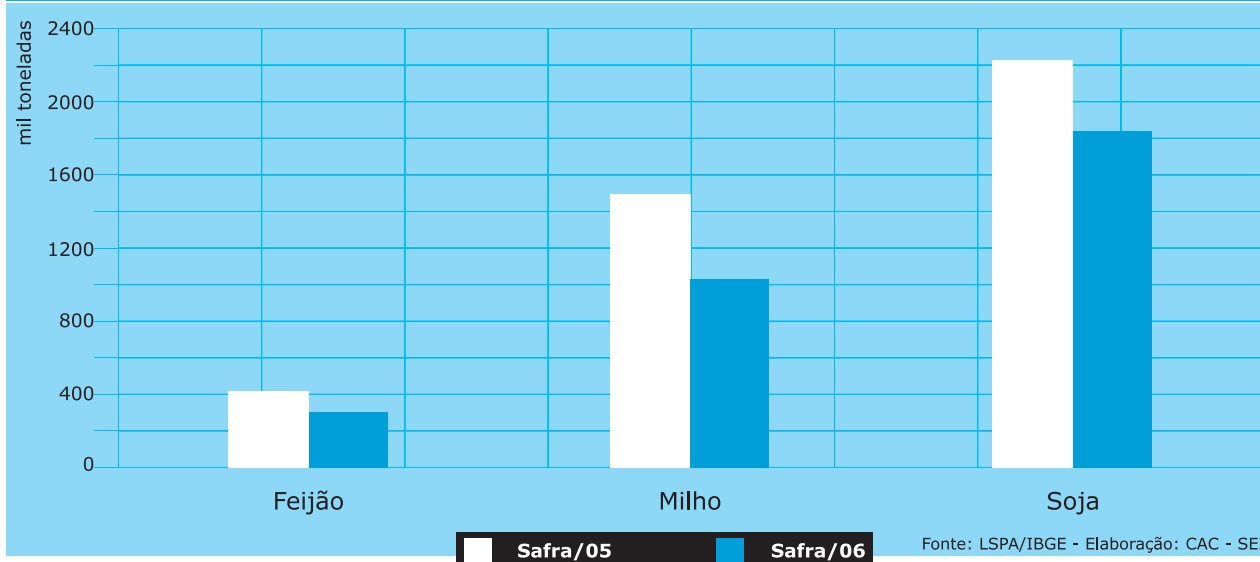
Os grupos *transportes e comunicação* (3,18%) e *alimentos e bebidas* (0,65%) apresentaram, em janeiro, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subitens *transporte público* (5,3%) e *tubérculos, raízes e legumes* (25,1%) foram os que apresentaram as maiores variações no período.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



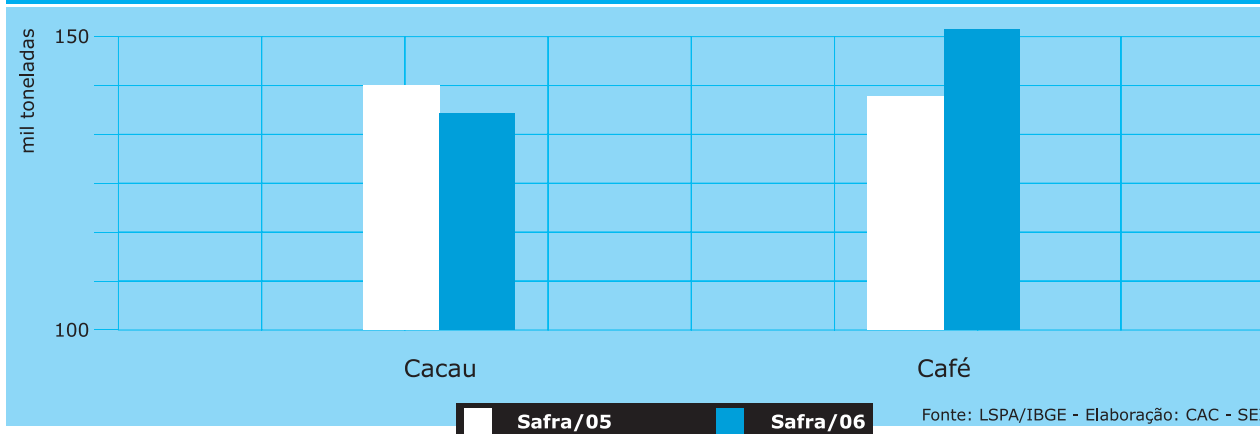
As estimativas para a safra baiana, realizadas em dezembro de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apontam para um resultado negativo da produção de mandioca (-2,4%), que vem acompanhado da queda do rendimento da lavoura (-0,8%). No tocante à cana-de-açúcar, observa-se elevação de 9,0 % na produção e de 2,2% no rendimento. Este comportamento deve-se às expectativas dos produtores em relação aos bons preços do açúcar e do álcool em mercados interno e externo.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



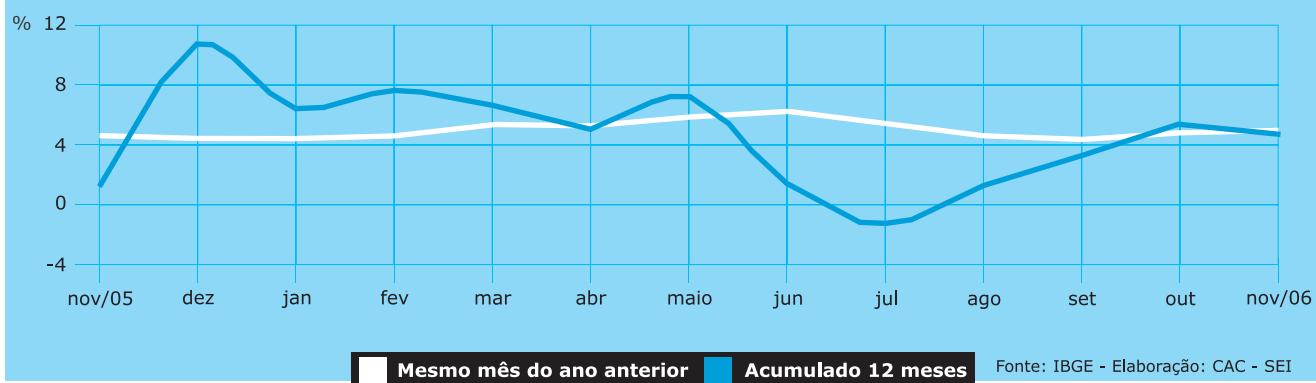
No que diz respeito às estimativas para a safra de feijão em 2006, verifica-se redução de 27,6% na produção. O resultado negativo deve-se tanto à queda de 40,7% no feijão 1ª safra (em entressafra), quanto na 2ª safra (com colheita em andamento). Em relação ao milho, verifica-se a continuidade da redução na produção baiana (-31,4%) e no rendimento (-25,0%). Tais desempenhos negativos do milho e feijão resultam das chuvas irregulares em diversas regiões produtoras do estado. Para a soja (em entressafra) mantêm-se as estimativas de queda de 17,1% na produção.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



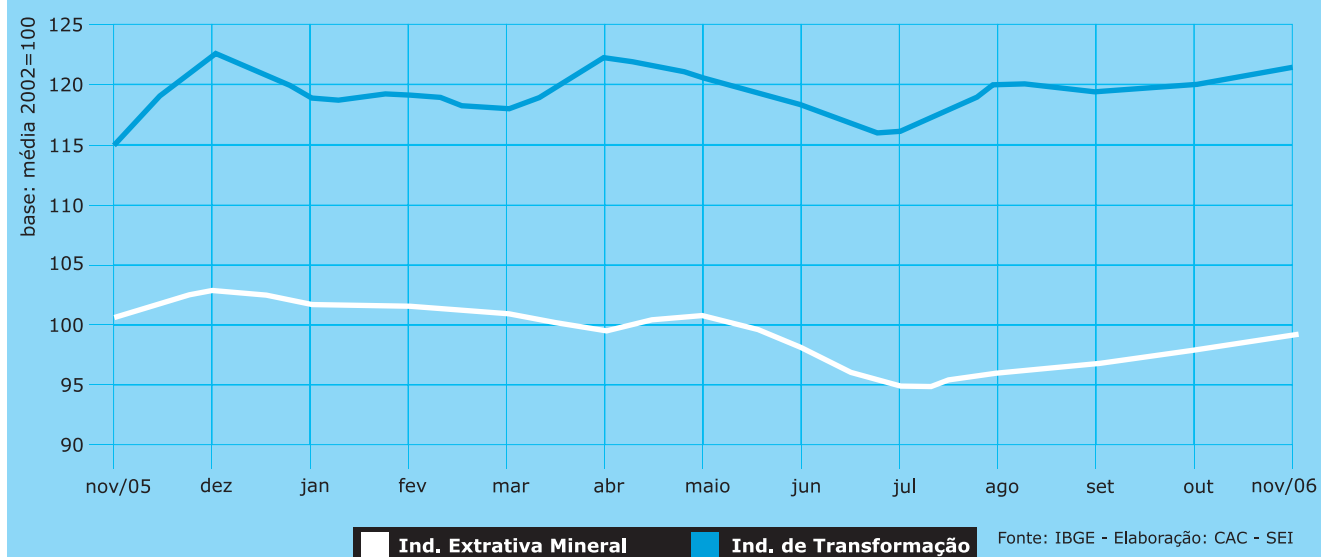
Segundo o LSPA/IBGE de dezembro de 2006, as estimativas para a produção de cacau (em frutificação) permanecem em queda de 4,2%, devido à conjuntura de preços da amêndoa, dívidas de produtores e pragas. Quanto à safra de café, tem-se a elevação de 25,0% da produção, acompanhada de expansão de aproximadamente 14% no rendimento. As análises permitem verificar ainda a expansão das áreas plantada (11,7%) e colhida (9,2%) em relação à safra de 2005.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



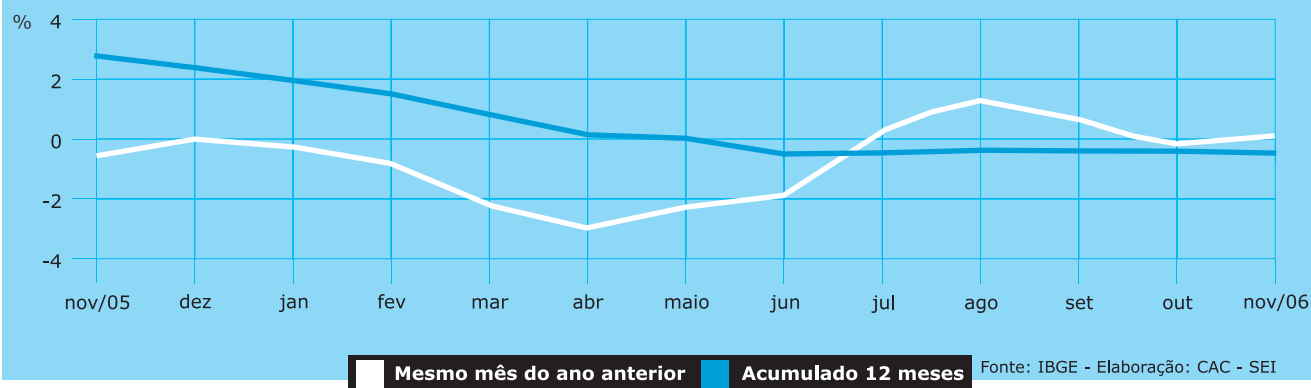
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou queda acentuada de 7,6% em novembro de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Apesar da queda no mês, no acumulado dos doze meses, o índice apresentou crescimento, passando de 4,7% em outubro para 5,0% em novembro.

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

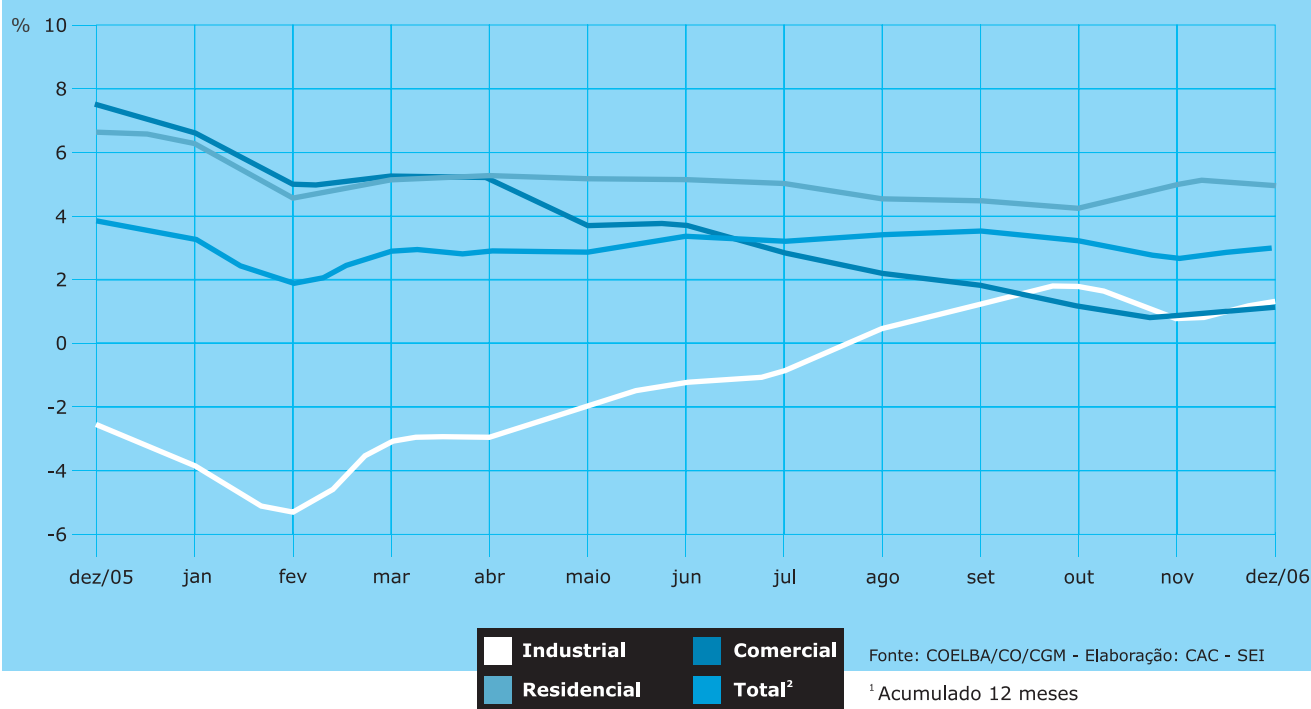


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa positiva de 0,9%, entre os meses de outubro e novembro de 2006. Dentre os segmentos da indústria de transformação, o que registrou a maior alta no período foi *borracha e plástico* (3,7%). A *indústria extrativa mineral* manteve a tendência de crescimento, registrando alta de 1,3% no mês.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em novembro de 2006, elevação de 0,1% em relação ao mesmo mês de 2005. Apesar da variação positiva em novembro, no acumulado dos doze meses, o emprego na indústria baiana manteve-se negativo, porém se estabilizou em -0,4%. Nesse mesmo período, os setores que registraram as maiores quedas foram: *borracha* (-11,7%) e *produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos* (-11,4%).

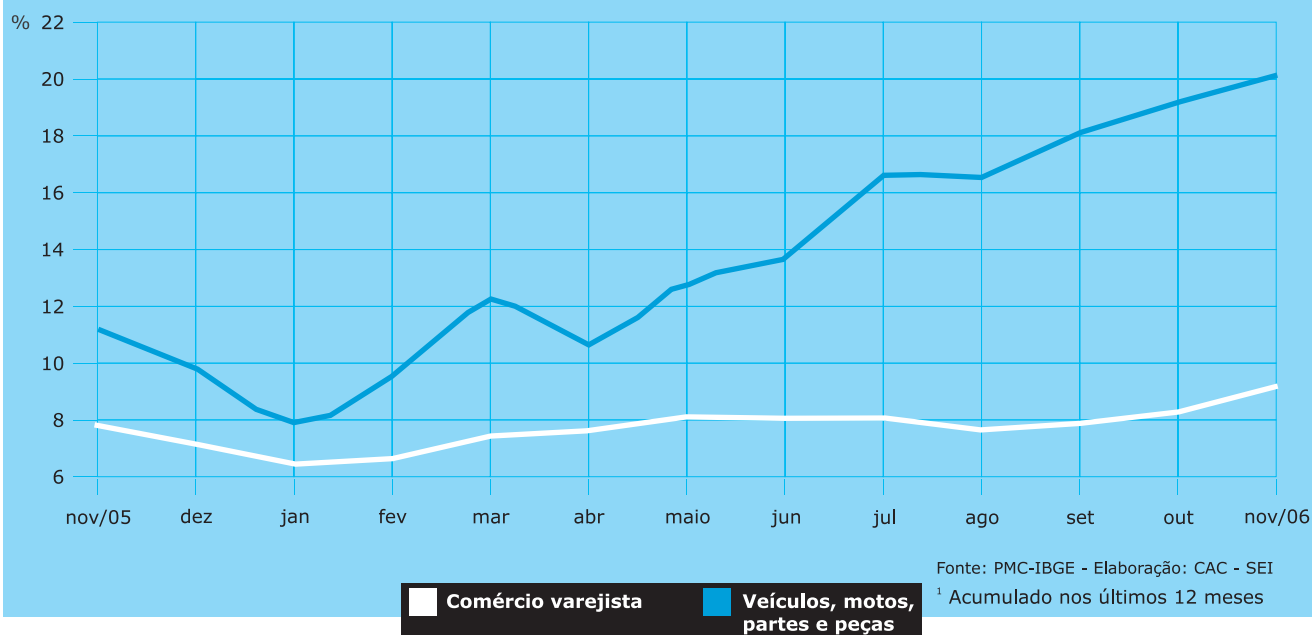
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

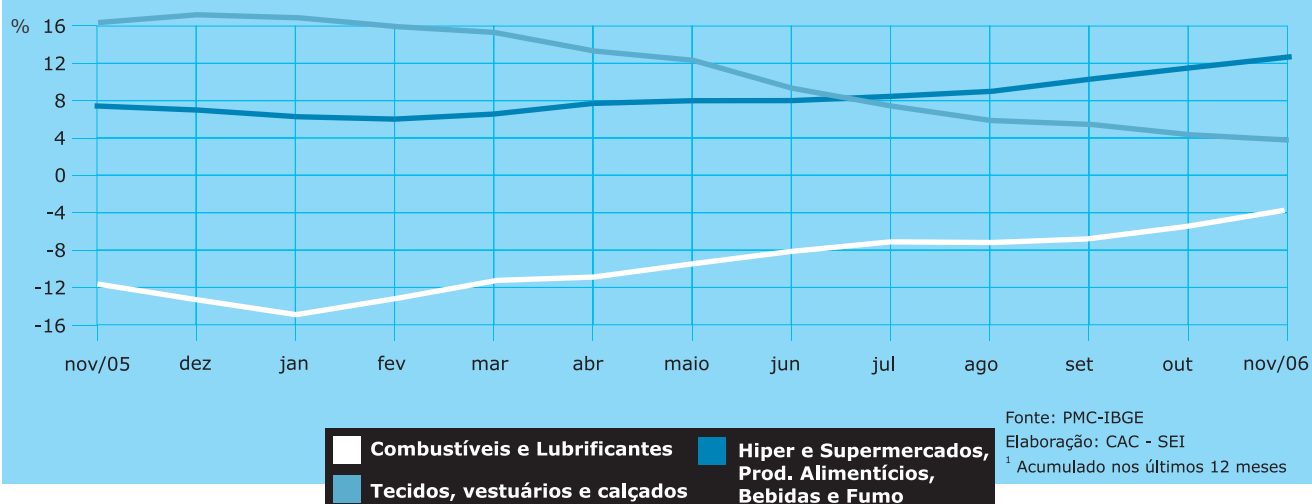
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, em novembro de 2006, queda de 0,2%, em relação a novembro de 2005. Com essa queda, o índice no acumulado dos doze meses passou de 3,3% em outubro para 2,7% em novembro. Dentre os principais setores consumidores, o residencial é o que apresenta a maior e mais expressiva taxa de crescimento nos doze meses (5,0%).

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



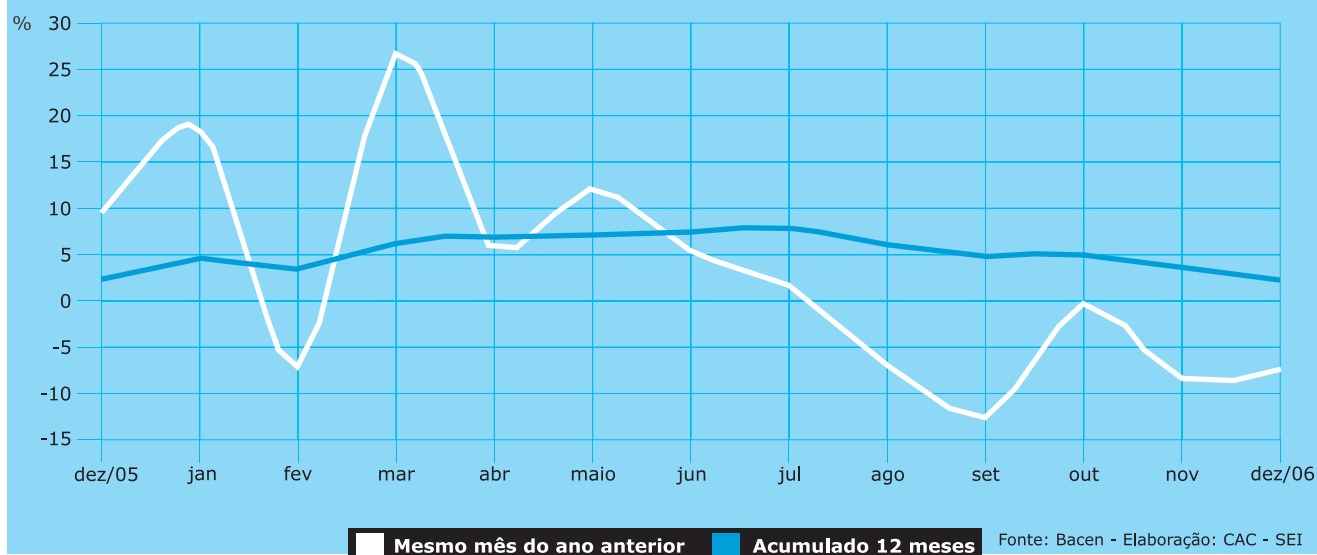
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de novembro de 2006, pelo trigésimo sexto mês consecutivo, um acréscimo de 13,4% no volume de negócios. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 9,1%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 22,7% ante igual mês de 2005. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 20,2%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



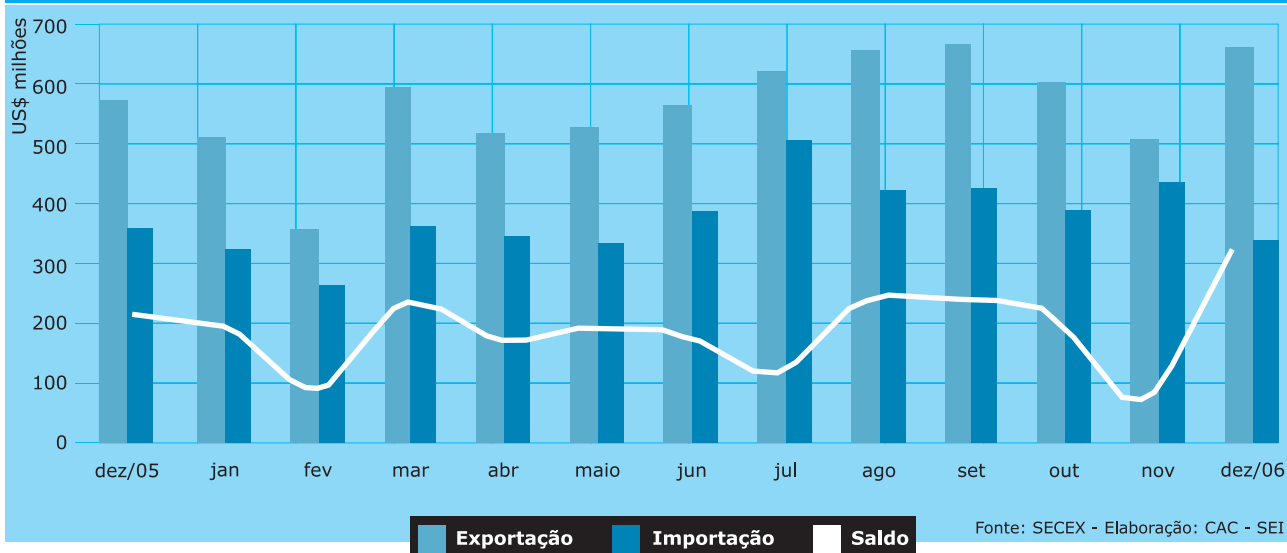
Segundo a PMC/IBGE, o segmento de *móveis e eletrodomésticos* apresentou, para o acumulado dos últimos doze meses, até novembro/06, um crescimento de 20,8% no volume de vendas. Esse desempenho é explicado pela ampliação dos prazos de parcelamento das compras. O mesmo comportamento positivo foi verificado para o segmento *hiper e supermercados*, que acumulou uma expansão de 12,7% no período.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

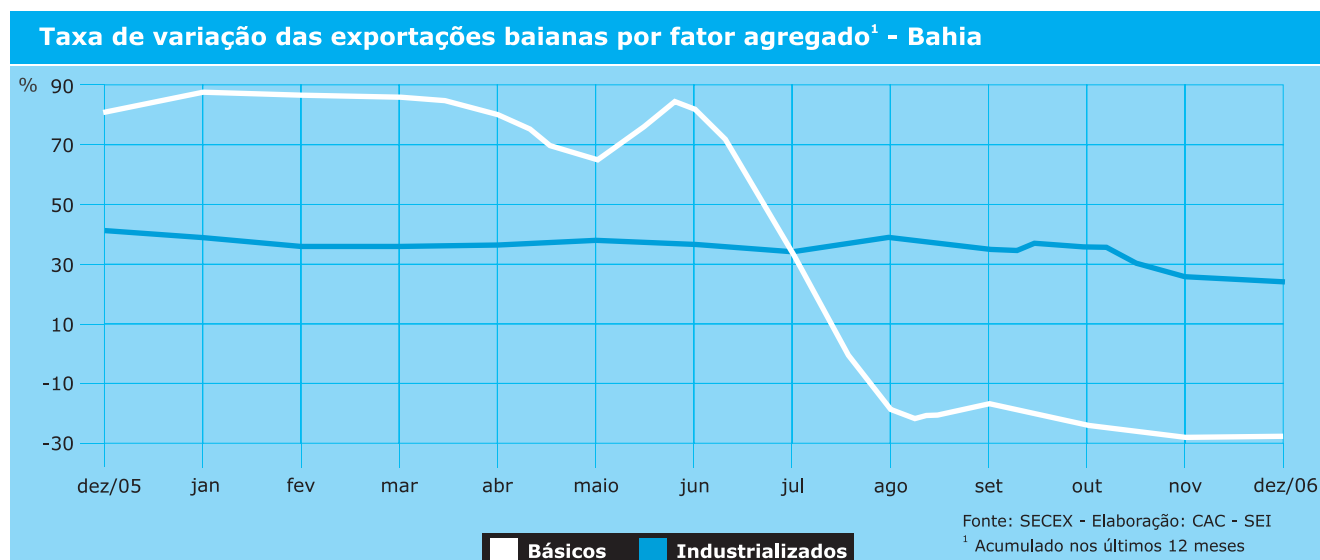


Em dezembro de 2006, foram emitidos 349 mil cheques sem fundos na Bahia, fechando o ano com o total de 4,717 milhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior a redução foi de 7,6%. Já no ano de 2006, houve crescimento de 2,1% na emissão de cheques sem fundo na comparação com o ano de 2005.

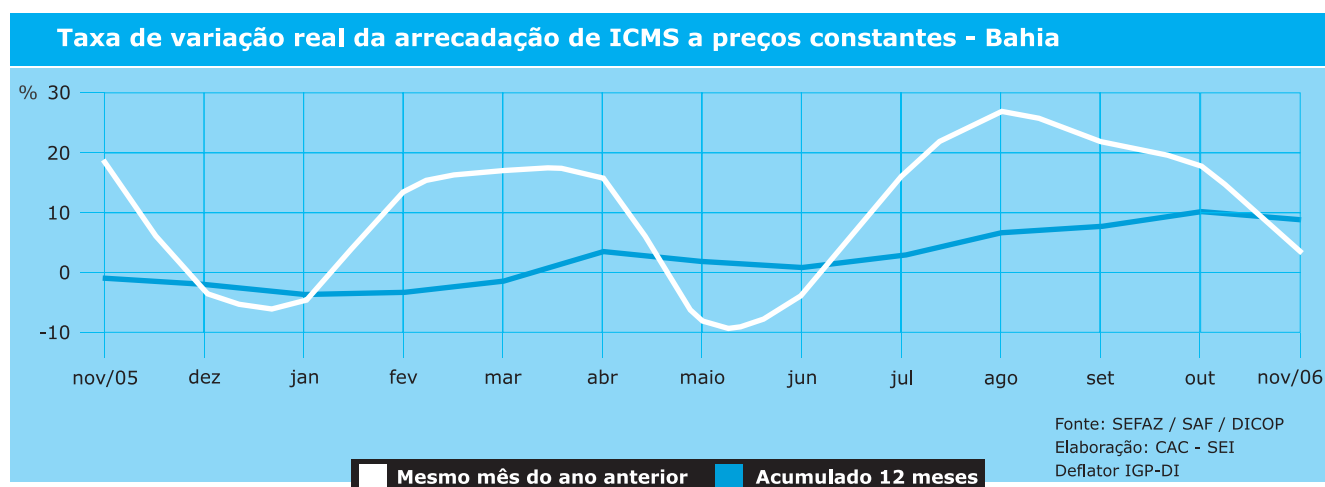
Balança comercial - Bahia



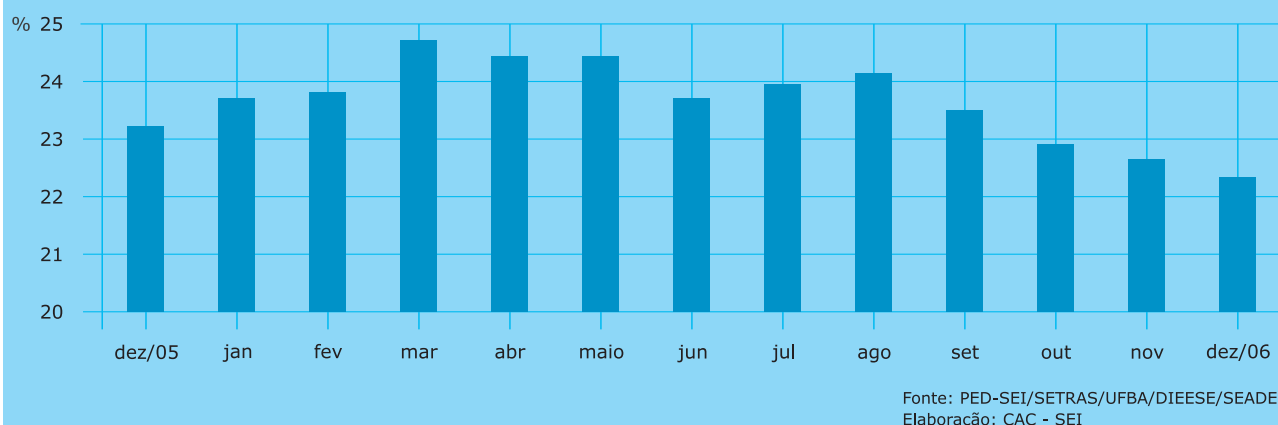
Em dezembro, as exportações baianas somaram US\$ 661,5 milhões e as importações US\$ 340,7 milhões. Em termos percentuais, este foi o segundo mês do ano de 2006 em que as exportações registraram variação acima das importações – a primeira ocorrência foi registrada em junho. No ano, as exportações somaram US\$ 6,7 bilhões e as importações US\$ 4,5 bilhões, resultando num saldo comercial de US\$ 2,2 bilhões.



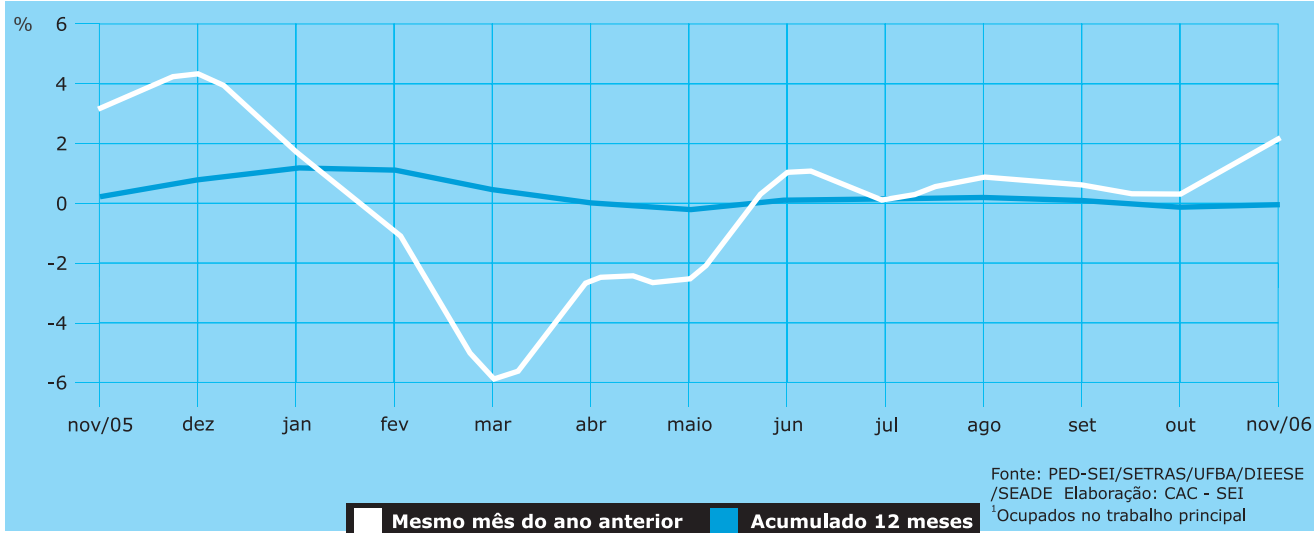
As exportações baianas por fator agregado registraram comportamento divergente em 2006. Enquanto as exportações de produtos básicos registraram queda 29,2% em comparação com o ano de 2005, as exportações de produtos industrializados apresentaram crescimento de 23,9% no mesmo período.



A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no mês de novembro de 2006, crescimento de 3,2% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação total foi de R\$ 661,459 milhões. Já no acumulado dos últimos doze meses, verificou-se queda de 1,2 p.p. entre os meses de outubro e novembro. No ano, o total arrecadado alcançou R\$ 6,999 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS

A redução de 2 mil pessoas na População Economicamente Ativa e a geração de 4 mil novos postos de trabalho serviram para arrefecer a demanda por trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), resultando numa Taxa de Desemprego de 22,3% em dezembro de 2006, o que significou uma redução de 1,3% em relação a novembro deste ano, conforme demonstraram os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

O rendimento auferido pelos ocupados no mês de novembro de 2006, em comparação ao mesmo mês de 2005, apresentou crescimento de 2,18%, conforme a PED para a RMS. Em novembro, o rendimento médio real no trabalho principal ficou relativamente estável para os ocupados (0,4%). O rendimento real médio foi de R\$ 764. No acumulado dos últimos doze meses, verificou-se redução de 0,12%.

Importância da logística no desenvolvimento da agricultura familiar no semi-árido baiano

André Pomponet*

A crescente adição de óleos vegetais ao combustível vendido no país traz perspectivas promissoras para regiões de baixo desenvolvimento econômico. Na Bahia, o plantio de oleaginosas para a produção do biodiesel (principalmente o óleo da semente da mamona, cultivada em 189 municípios) surge como alternativa para dinamizar a economia do semi-árido e fortalecer a agricultura familiar. Esta modalidade de agricultura nem sempre é contemplada nos planos estratégicos de desenvolvimento, mas foi tema da atenção do novo governo estadual, durante sua campanha eleitoral.

Há, contudo, um conjunto de desafios a ser superado. Entre as dificuldades enfrentadas pelo semi-árido estão a baixa qualificação da mão-de-obra, a escassa disponibilidade de capitais e a infra-estrutura incapaz de absorver um volume mais intenso de atividade econômica. A infra-estrutura em transportes é dos problemas mais cruciais, já que isola a região dos centros mais dinâmicos da economia baiana e limita as possibilidades de investimento.

Muito presente no debate cotidiano, a discussão da logística voltada para o agro-negócio e suas *commodities* agrícolas ignora a agricultura familiar como atividade econômica, considerando-a como atividade voltada exclusivamente para o autoconsumo.

O objetivo do presente artigo é discutir a importância da logística para o escoamento do excedente da agricultura familiar no semi-árido, o que é imprescindível para a sua sustentabilidade e para o êxito das políticas de desenvolvimento da região.

Além desta introdução, o artigo apresenta a seção seguinte, que discorre sobre a situação atual do semi-árido baiano. Adiante, apontam-se algumas peculiaridades da agricultura familiar para, na seqüência, discutir-se o estágio atual da infra-estrutura logística no local. À guisa de conclusão, faz-se uma síntese dos argumentos apresentados nas seções anteriores.

O semi-árido

O semi-árido baiano ocupa quase 387 mil quilômetros quadrados ou cerca de 69% do território do estado. Os 259 municípios da região abrigam 6,4 milhões de habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003. O Censo 2000 do mesmo instituto, registrou que 52 crianças, entre mil nascidas vivas, morriam antes de completar um ano de vida. O analfabetismo nesse ano atingia 33% da população com idade superior a 15 anos, refletindo-se na renda *per capita*, apenas R\$ 85,54, em valo-

O semi-árido baiano ocupa quase 387 mil quilômetros quadrados ou cerca de 69% do território do estado

* Economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

res de 2000, bastante inferior ao salário-mínimo vigente a partir de maio daquele ano, fixado em R\$ 151,00 (SURIENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006).

Esses rendimentos são fortemente dependentes das políticas de transferência de renda dos governos. Em 2000, por exemplo, aproximadamente 21% dos rendimentos da população deviam-se a essas políticas. Em 1991, eram 10%. As transferências governamentais respondiam por mais de 50% da renda de 20% da população em 2000, contra 8,5% nove anos antes (SURIENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006). O incremento deve-se certamente à ampliação das políticas de assistência previstas na Constituição de 1988, como aposentadorias rurais, pensões e demais benefícios sociais e, mais recentemente, ao programa Bolsa Família.

Conforme dados do Censo de 2000, 69% da população do semi-árido era pobre, embora nove anos antes a situação fosse ainda pior (81% eram classificados como pobres). Do mesmo modo, a despeito do patamar alarmante, a indigência também caiu, passando de 54% para 43% de 1991 a 2000. Esse quadro de pobreza endêmica e ainda bastante preocupante, não obstante a queda registrada, é explicado pelo desemprego, que girava em torno de 13%, e pelo grau de informalidade elevadíssimo, já que 84% dos trabalhadores estavam nessa situação (SEI, 2006).

Nesse cenário de economia excessivamente dependente das aposentadorias, pensões e empregos públicos disponíveis, parte da população dedica-se à agricultura familiar para autoconsumo, mesclando-a com a busca por trabalho e renda fora do ambiente doméstico, em condições normalmente precárias. É o que se poderia definir como *novo mundo rural atrasado*, conforme Couto Filho (*apud* SOUZA; PEDREIRA, 2002). Embora essa situação esteja presente em boa parte do semi-árido, há locais em que viceja uma atividade econômica mais intensa, nos moldes de uma agricultura empresarial e, em muitos casos, ligada a agricultura familiar. São exemplos: o cultivo do abacaxi em Itaberaba, hoje já exportado, mas com maior volume da produção sendo consumido nos mercados próximos; e o plantio de feijão na região de Irecê, que atende os mercados locais e regionais.

Em síntese, pode-se dizer, com o apoio de (ALCOPORADO, 2003), que o semi-árido possui agricultura com baixa produtividade, há poucas unidades indus-

triais, e os setores de comércio e serviços são pouco dinâmicos em relação às demais regiões do estado. A inserção da região no circuito dos mercados nacional e externo demandaria investimentos privados que a região é incapaz de atrair. Em sentido contrário, encontra-se a Região Metropolitana de Salvador (RMS), onde a presença das atividades industrial e de serviços gera economias de escala e aglomeração, tornando-a atraente para a captação de novos investimentos. É claro que a aplicação de uma ótica estritamente “de mercado” é incapaz de romper esse ciclo vicioso.

Diante das dificuldades expostas, cabe ao Estado formular estratégias de desenvolvimento alternativas

Diante das dificuldades expostas, cabe ao Estado formular estratégias de desenvolvimento alternativas. Uma delas é o investimento em capital social, estimulando cooperativas, associações e o empreendedorismo; outra é a focalização nos mercados locais e regionais como demandantes da produção. O aproveitamento das vocações naturais do semi-árido, em que se destaca a agricultura familiar, é também uma estratégia viável, conforme se verá na seção seguinte.

Lógica da agricultura familiar

Na agricultura familiar, a produção se decompõe em uma parcela destinada ao consumo doméstico e outra, excedente, destinada à comercialização. Com a ampliação do crédito e do apoio técnico (uma promessa permanente das autoridades governamentais), tende a crescer a produtividade do setor, o que representará acréscimos no excedente a ser comercializado, gerando uma demanda crescente por infra-estrutura em logística. Esta é a tendência natural entre os agricultores consolidados (capazes de acompanhar o progresso técnico) e os que estão em consolidação (que se esforçam para acompanhar o progresso), embora persista no semi-árido a predominância de agricultores que utilizam técnicas e instrumentos rudimentares (BRITTO; SANTOS, 2006).

A ação coletiva e orientada implica em maiores possibilidades de êxito que a iniciativa individual

Nesse processo, a organização dos pequenos produtores cresce em relevância, já que associações e cooperativas são elementos-chave na circulação da produção. Identificar os nichos de mercado, avaliar a demanda, orientar a produção e o armazenamento são atribuições melhor desempenhadas por essas entidades. A ação coletiva e orientada implica em maiores possibilidades de êxito que a iniciativa individual. A disseminação do empreendedorismo e da cooperação dependem do estabelecimento de uma cultura que pode ser mediada pelos entes governamentais. É quando o rural arcaico e de subsistência cede espaço à lógica do mercado, ainda que produzindo para mercados próximos, estabelecendo-se uma rotina capitalista.

Mesmo que na Bahia ainda exista um árduo trajeto a ser cumprido até que as atividades dos pequenos produtores rurais tornem-se sustentáveis, é necessário considerar as demandas da agricultura familiar em relação à logística, favorecendo a formulação de políticas para o segmento. Não se percebe essa preocupação no Programa Estadual de Logística de Transporte, cujo objetivo é "definir estratégias de intervenção pública e privada voltadas à articulação física do estado da Bahia e a reorganização de suas cadeias logísticas, tendo como horizonte temporal os próximos 20 a 25 anos" (BAHIA, 2004, p. 17).

A relevância dos custos com transporte na determinação do preço final dos produtos agrícolas pode ser um trunfo nas mãos dos pequenos produtores baianos em relação à concorrência, dada a proximidade dos potenciais mercados regionais. O raciocínio é aplicável ao semi-árido baiano, já que cidades que podem representar mercados robustos para a agricultura familiar encontram-se distantes centenas de quilômetros das regiões litorâneas. São as cidades polarizadoras como Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Jacobina, Itaberaba, Ipirá e Irecê (BAHIA, 2004).

Entretanto, é necessário efetivar essas vantagens comparativas em relação à logística, entendendo a agricultura familiar como uma atividade econômica

de relevo, principalmente no que se refere à geração de emprego e à fixação de famílias no campo. Nesse sentido já existem linhas de financiamento para investimentos em infra-estrutura, como é o caso do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que dispõe de uma linha específica em Infra-Estrutura e Serviços. Por meio dela, o governo federal disponibiliza recursos não-reembolsáveis e atua em parceria com municípios, investindo em infra-estrutura pública e serviços de apoio à agricultura familiar.

Para obtenção dos recursos, é necessária a aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Os municípios prioritariamente contemplados são os de menor renda rural (mensurada pelo IBGE), população com predomínio de agricultura familiar, baixo IDH e deficiência em infra-estrutura produtiva (PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR, 2007). No semi-árido baiano, boa parte dos municípios se encaixa nesse perfil.

Logística na Bahia

A logística não representa somente a movimentação do produto, embora essa seja a etapa mais importante do processo. Envolve também a carga e descarga, assim como o armazenamento temporário (HORI, 2003). Nas sociedades contemporâneas, os custos de produção tendem a se igualar, o que desloca os diferenciais de preços para os gastos com transporte, armazenamento e estocagem. Oferecer mercadorias com preços competitivos significa dispor de uma logística adequada, em que se combinam infra-estrutura, planejamento e gerenciamento eficientes, ou seja, a oferta se ajusta à demanda.

Na Bahia, 92% do volume de cargas é transportado pela via rodoviária, percentual que no semi-árido tende a ser maior, pois, praticamente, inexistente o transporte hidroviário

Na Bahia, 92% do volume de cargas é transportado pela via rodoviária, percentual que no semi-árido tende a ser maior, pois, praticamente, inexistente o transpor-

te hidroviário (já que o São Francisco, principal rio da região, é pouco utilizado) e o ferroviário, além de ter malha pouco densa, é subutilizado. Como é improvável que haja no médio prazo uma alteração radical no sistema modal do semi-árido, a rodovia permanecerá como principal meio de circulação de mercadorias e pessoas, mesmo que ocorra maior dinamização das economias locais.

Todavia o sistema rodoviário no semi-árido exige intervenções. A pavimentação da maioria das estradas, por exemplo, pode ser considerada entre regular e ruim, o que contribui para encarecer o transporte (BAHIA, 2004). Com a ausência de outros modais na região, o problema se agrava. Há também pouca densidade na malha rodoviária, principalmente no que se refere às rodovias federais, quase sempre em péssimas condições de conservação. Cortando o semi-árido no sentido leste-oeste, há apenas a BR 242 e duas rodovias federais que se estendem pelo semi-árido ao norte: a BR 324 e a BR 116; esta última também margeia parte do semi-árido ao leste.

Em relação às rodovias estaduais, deduz-se que o adensamento da malha, com a construção ou a recuperação de estradas que interligam cidades próximas, pode ser uma alternativa para intensificar as atividades econômicas no semi-árido. Para tanto, porém, é necessário que a agricultura familiar – vocação natural da região – tenha um impulso inicial, e que o governo estadual incorpore as necessidades do setor aos investimentos em infra-estrutura, combinando-os com às linhas de crédito ofertadas pelo PRONAF.

As demais atividades logísticas, como o armazenamento, a carga e a descarga, também exigem investimentos em infra-estrutura, embora em menor magnitude que o transporte. Nessas atividades, ganham importância o acúmulo de informações e as formas de gestão, que exigem a atuação mais direta de cooperativas e associações. É a etapa em que a disseminação da cultura empreendedora e cooperativa começa a apresentar resultados.

Considerações finais

É evidente que num cenário de escassez de recursos para investimentos, não se vai formular uma política de infra-estrutura voltada exclusivamente para atender às demandas da agricultura familiar do semi-árido. Nada impede, todavia, que se combine as necessidades em

infra-estrutura da agricultura familiar voltada para os mercados regionais com as necessidades da agroindústria voltada para a exportação, como é o caso da produção da soja no oeste. O que é preocupante em relação à logística não é a ausência de propostas para desenvolver a agricultura familiar no semi-árido, em particular, mas a inexistência de propostas que lhe assegurem alguma competitividade e que, por consequência, incluam socialmente toda a população da região. No Programa Estadual de Logística de Transporte não se evidenciam proposições nesse sentido.

A economia baiana, desde o período colonial, possui um eixo dinâmico no entorno da Baía de Todos os Santos e uma faixa litorânea com algum dinamismo. O semi-árido, por sua vez, sempre esteve relegado às atividades agrícolas de baixa produtividade, com indústria e comércio débeis. Essa precariedade sempre se refletiu nas opções por investimentos, fortemente concentrados na Região Metropolitana de Salvador ou em atividades voltadas para o mercado externo, o que acarretou profundas desigualdades regionais.

Quando se discute a promoção do desenvolvimento equilibrado da Bahia e se formula políticas, é lógico considerar o argumento de que a melhor alternativa para reduzir a pobreza no semi-árido é o aproveitamento das vocações econômicas locais, com a permanência da população nativa na região. Por outro lado, sem a oferta de uma infra-estrutura adequada haverá gargalos e, por consequência, não se alcançará o desenvolvimento almejado, condenando-se a população ao círculo vicioso da pobreza e da ausência de alternativas.

Longe de esgotar o debate sobre a questão, a pretensão foi realçar um aspecto relevante de um tema de importância crucial no Brasil contemporâneo, que é a redução da pobreza com inclusão social. A logística é um instrumento essencial também no desenvolvimento econômico e na redução da pobreza, mas ainda não é objeto da atenção necessária.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. *Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia*. 2003. Tese (Doutorado em Planificación Territorial e Desarrollo Regional)-. Universidade de Barcelona. Disponível em: <http://www.tdx.cesca.es/TEISIS_UB>. Acesso em: 12 jan. 2006.

BAHIA. Secretaria de Infra-Estrutura. *Programa Estadual de Logística de Transportes*. Salvador: SEINFRA, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.rede-brasil.inf.br/0cf/00fr.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2007.

BRITTO, Elissandra; SANTOS, Nícia. O semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 150, nov. 2006.

HORI, Jorge. A Bahia como um pólo logístico dentro da cadeia da globalização. *Bahia Análise e Dados*, Salvador: SEI, v. 13, n. 2, p. 239-246, set. 2003.

PROGRAMA Nacional de Agricultura Familiar. *Pronaf infra-estrutura e serviços*. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/quem_somos>. Acesso em: 29 jan. 2007.

SOUZA, Dorací; PEDREIRA, Márcia. O Pronaf e as perspectivas para a agricultura familiar baiana. In: AVENA, Armando. (Org.). *Bahia Século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002, p. 305-342.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Identificação e análise da evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia*. Banco de Dados dos Municípios da Bahia. Produzido pela Diretoria de Estudos (DIREST). Salvador, 2006. ■



Educação e capital humano: evidências para o caso brasileiro

Fábio Batista Mota*

Flávio Carvalho Pinheiro Simões**

Lúcio Flávio da Silva Freitas*

O trabalho de Arrow (1962), intitulado *The Economic Implications of Learning by Doing*, parece, de certa forma, ter servido de base às novas teorias do crescimento, ao menos no que tange à formalização dos modelos de crescimento econômico. Arrow – afastando-se das soluções que aceitavam, por componente de crescimento não explicável, o *resíduo de Solow* – argumentava que processos de *learning-by-doing*, entendidos como acumulação de conhecimento derivada da experiência no uso do capital, explicavam os aumentos de eficiência que resultavam em crescimento econômico.

Em *Increasing returns and long-run growth*, Romer (1986) mostrou ser possível aplicar a racionalidade de Arrow também a outras formas de acumulação de conhecimento. A importância da obra de Romer está no estímulo à retomada das pesquisas teóricas e empíricas no campo do crescimento econômico. Sumariamente, as novas teorias do crescimento têm buscado demonstrar a importância de instituições como a educação, a investigação e a inovação como meio para precipitar processos de aprendizagem e, conseqüentemente, o crescimento. De forma geral, *On the mechanisms of economic development*, de Lucas (1988), tem servido de base para os modelos que dão ênfase à educação, enquanto *Endogenous technological change*, de Romer (1990a), e *Innovation and Growth in the Global Economy*, de Grossman e Helpman (1991), estão relacionados aos modelos que atribuem maior importância à investigação e à inovação, como fonte endógena de crescimento.

Contudo, apesar dos avanços teóricos na literatura recente do crescimento econômico, as soluções dos modelos dos estudos empíricos que procuram provar as implicações do capital humano para o crescimento ainda não podem ser tomadas como conclusivas.

Os *modelos de crescimento neoclássicos* derivam do descontentamento com os trabalhos dos autores keynesianos Harrod (1948)¹ e Domar (1946)² – mais conhecido como modelo Harrod-Domar – que assumiam funções de produção com retornos constantes e taxas de crescimento *endógenas*, dependentes da propensão a poupar. Estes autores empreenderam esforços com o fim de entender em que condições uma economia poderia apresentar crescimento no estado estacionário (*steady-state*) a uma taxa constante. Harrod e Domar terminaram por concluir que uma economia, para manter crescimento no estado estacionário, precisa igualar a taxa de poupança nacional ao produto da razão capital-produto e à taxa de crescimento da demanda efetiva. Crítico deste modelo, Solow (1956) discordava da hipótese que fazia constante a taxa de crescimento da força de trabalho, a taxa de poupança e a razão *capital-output*. Mais ainda, para Solow (2000), o crescimento no estado estacionário, tal como em Harrod e Domar, dava-se de maneira demasiadamente instável, sendo, portanto, passível de não ser alcançado ou mantido.

Os trabalhos de Solow (1956) e Swan (1956) – o chamado modelo Solow-Swan – consideravam a acumulação de capital derivada do investimento o principal determinante do crescimento econômico no curto prazo. Tendo em vista que, neste modelo, o financiamento do investimento dava-se por meio da poupança, aumentos persistentes nos seus níveis implicariam experimentar crescimento econômico. Por outro lado,

* Economistas e mestrands em economia (UFBA).

** Engenheiro mecânico e mestrando em economia (UFBA).

¹ Harrod, R. (1948). *Towards dynamic economics*, Macmillan, lecture 3.

² Domar, E. (1946). *Capital expansion, rate of growth and unemployment*. *Econometrica*, 14 (2), 137-147.

O progresso técnico seria, para Solow (1956), o principal determinante do crescimento de uma economia no longo prazo

sendo a produtividade marginal do capital decrescente com o seu incremento, à economia não se afigurava factível elevar constantemente a sua taxa de crescimento. Desta forma, o progresso técnico seria, para Solow (1956), o principal determinante do crescimento de uma economia no longo prazo.

Com vistas a contribuir com o entendimento dessas novas abordagens em economia, este artigo traz, além desta introdutória, mais uma seção. Nesta são apresentadas evidências para o caso brasileiro. As Considerações finais encerram a exposição.

Implicações do conhecimento no crescimento econômico – evidências empíricas para o Brasil

O exercício empírico aqui proposto é uma variação daquele elaborado por Hall e Jones (1998). Partimos da estimação de uma função de produção padrão, do tipo Cobb-Douglas, acrescida de capital humano. Assim, toma-se:

$$Y_i = K_i^\alpha (A_i H_i)^{1-\alpha} \quad (1)$$

Onde Y_i é a produção em nível, K_i denota o estoque de capital físico, H_i é a quantidade de trabalho aumentado de capital humano utilizado na produção. O último termo A_i , também associado ao trabalho, é uma medida da produtividade e é calculado por resíduo. O subscrito i indexa cada estado brasileiro. Agora, tomando-se a equação (1) em logaritmo e dividindo-a em ambos os lados pelo número de trabalhadores empregados no processo produtivo (L_i), podemos reescrevê-la como:

$$\ln Y_i / L_i = \alpha \ln K_i / L_i + (1-\alpha) \ln H_i / L_i + (1-\alpha) \ln A_i \quad (2)$$

Subtraindo $\alpha \ln(Y_i/L_i)$ dos dois lados:

$$(1-\alpha) \ln Y_i / L_i = (\alpha \ln K_i / L_i - \alpha \ln Y_i / L_i) + (1-\alpha) \ln H_i / L_i + (1-\alpha) \ln A_i$$

$$(1-\alpha) \ln Y_i / L_i = \alpha \ln K_i / Y_i + (1-\alpha) \ln H_i / L_i + (1-\alpha) \ln A_i$$

E dividindo os dois lados por $(1-\alpha)$:

$$\ln Y_i / L_i = (\alpha / (1-\alpha)) \ln K_i / Y_i + \ln H_i / L_i + \ln A_i \quad (3)$$

Seguindo procedimento já usual na macroeconomia do crescimento, α foi tomado como 1/3, de acordo com trabalhos anteriores e em função da estabilidade dessa proporção ao longo do tempo.

Hall e Jones (1988) trabalharam dados em *cross-country* para o ano de 1988 e para 127 países. Diferentemente de abordagens anteriores, destacadamente Mankiw, Romer e Weil (1992) e também Barro e Sala-i-Martin (1992), a forma funcional de Hall e Jones (1988) permitiu-nos estimar a regressão com base no PIB em nível, que se mostra a formatação mais adequada para os objetivos deste artigo. Isto porque temos o interesse de verificar a existência ou não de correlação entre o capital humano e o resultado econômico, no longo prazo, desconsiderando flutuações na taxa de crescimento. Aqui é aplicado um modelo de efeitos fixos para dados em painel, com 25 estados brasileiros e estimativas decenais do estoque de capital físico, capital humano, produto interno bruto e população economicamente ativa. São considerados os anos de 1980, 1990 e 2000. Justifica-se a escolha do modelo em função deste fornecer resultados mais seguros quanto à possível existência de correlação entre o termo de erro e uma ou mais variáveis independentes – já esperada, uma vez que o termo de erro é específico para cada unidade da Federação³. Ademais, também ficam explicitadas neste procedimento as preferências de tecnologia de cada estado. Com efeitos fixos, as diferenças observadas entre eles podem ser tomadas como mudanças paramétricas na função de produção.

³ Se essa especificidade não estiver mais nos resíduos, a probabilidade de correlação com uma das variáveis independentes é menor. Como a estimação em painel com efeitos aleatórios traz a suposição de ausência de correlação entre a perturbação e os regressores, foi feita a opção por efeitos fixos, já que se espera que o capital humano influencie outras variáveis. Cf. Figueiredo e Nakabashi (2005).

A especificação adotada permite que a produção por trabalhador seja decomposta em insumos e produtividade e, em particular, possibilita a comparação interestadual e a verificação da influência da intensidade de capital, da produtividade e do capital humano na produção de cada estado. Esta seção do artigo dedica-se à avaliação deste último aspecto.

A disposição dos dados em forma de painel admite o tratamento em duas dimensões: tempo e espaço. O modelo de efeitos fixos assume que as diferenças entre as unidades observadas podem ser capturadas no termo de intercepto da regressão; implica ainda que os atributos individuais não resultem de variação randômica e permaneçam constantes ao longo do tempo. Em função do período considerado e dos 25 estados examinados, em três momentos distintos, temos, no total, 75 observações. Os dados decenais foram compilados ora pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ora pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como *proxy* para o estoque de capital físico (K_t), adotamos a variável capital residencial⁴. O produto total dos estados (Y_t) ou PIB é estimado pelo IBGE; o capital humano (H_t) foi aquele calculado pelo IPEA⁵. Com isto, é possível estimar diretamente o impacto do capital humano sobre o produto por trabalhador, como um dos canais que afeta o crescimento econômico. Esclarecemos que a exclusão dos estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins deve-se à falta de dados. O número de trabalhadores na População Economicamente Ativa (PEA), disponível nos anos censitários desde 1950, foi adotado como medida do insumo trabalho (L_t). Este último dado é calculado pelo IBGE.

Os coeficientes β 's, neste caso, identificam as respectivas elasticidades da produção às variações na relação capital-produto e capital humano. Com isto, a regressão estimada consiste em:

$$\ln Y_t/L_t = \beta_0 (\alpha/1-\alpha) \ln K_t/Y_t + \beta_1 \ln H_t/L_t + \ln A_t + \varepsilon_t$$

Nesta seção, são discutidos os resultados encontrados, apresentados em tabelas no apêndice. A regressão estimada do produto interno bruto por trabalhador dos estados, em função da razão capital-trabalho e do capital humano por trabalhador, dispensou correção para heteroscedasticidade (que consiste em variâncias distintas para os distúrbios) e autocorrelação serial entre os termos de perturbação.

Apenas sete estados indicaram intercepto diferencial estatisticamente significativo, a 99% de confiança: Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Distrito Federal. O intercepto de referência foi o do estado de São Paulo, que também se mostrou válido para o mesmo nível de significância. O valor médio desse parâmetro representa o efeito do avanço tecnológico para crescimento do PIB *per capita* do estado de São Paulo; foi calculado em 4,201, o que representa efeito positivo. Vale destacar que o fato do intercepto diferencial ser não significativo para um estado isoladamente, não está relacionado com ausência de efeito da tecnologia sobre o crescimento do PIB nesse estado, e sim com a ausência de diferença significativa do efeito da tecnologia nesse estado comparativamente ao efeito em São Paulo, tomado como referência.

O coeficiente de elasticidade da variável capital-produto apresentou-se significativo a níveis elevados de confiança, de 99% (conforme demonstrado pelo p-valor da estatística t). Esta variável, logaritmo do estoque de capital físico sobre o produto interno dos estados, apresentou elasticidade, cujo valor médio β_0 ficou em -0,658. O valor negativo para o parâmetro não é o esperado pela teoria do crescimento. Possivelmente, este resultado deve-se à *proxy* escolhida para o estoque de capital físico, o capital residencial urbano, uma opção frente à ausência daqueles dados para o período estudado. Alternativamente, poderíamos aplicar alguma metodologia de cálculo do estoque de capital baseada no fluxo de investimentos, contudo, esta tentativa foge ao escopo deste trabalho e constituiria um desvio grande em relação aos objetivos aqui propostos. Todavia as soluções do modelo relativamente ao impacto do capital humano sobre o crescimento permanecem válidas do ponto de vista teórico-metodológico.

Resumidamente, e a despeito das afirmações teóricas de que haveria uma relação direta entre acumula-

⁴ Definida como o valor presente do fluxo perpétuo constante dos aluguéis mensais descontado à taxa de desconto de 0,75% a.m., deflacionado pelo IGP-DI, segundo metodologia do IPEA.

⁵ Conforme metodologia do IPEA, o capital humano é calculado como segue: Valor esperado presente dos rendimentos anuais (descontados a 10% a.a.) associados à escolaridade e experiência (idade) da população em idade ativa (15 a 65 anos). O estoque de capital humano é calculado pela diferença entre o rendimento obtido no mercado de trabalho e a estimativa daquele obtido por um trabalhador sem escolaridade e experiência. Para se estimar os rendimentos futuros esperados, utilizam-se os coeficientes de retorno à educação e à experiência, estimados pelos dados do Censo Demográfico para os anos 1980, 1991 e 2000 e da PNAD nos demais anos do período 1981-99.

ção de capital humano e crescimento econômico, os resultados empíricos das correntes do pensamento apresentadas ao longo do texto variam, no extremo, entre a confirmação e a negação daquela relação, podendo existir correlações positivas, nulas ou negativas. No nosso caso, a variável logaritmo da razão capital humano por trabalhador da PEA não foi obtida estatisticamente diferente de zero, e apresentou como valor do coeficiente β_1 , -0,558.

Com o fim de tentar entender porque certas evidências empíricas parecem negar a teoria, poderíamos, por exemplo, fazer uso da argumentação de Pritchett (1996), que sugere três explicações. A primeira se dá, quando a criação de novos conhecimentos é orientada para atividades improdutivas do ponto de vista social. Este fato estaria relacionado à questão da estabilidade e especificidades institucionais dos países, que induziriam a diferenças nos níveis de inversão em educação. A segunda remete às diferenças nas taxas de crescimento da procura de força de trabalho instruída. O autor sugere que diferenças nos retornos marginais à educação de dados países – sejam decrescentes, constantes ou crescentes – podem ocorrer mesmo que estes apresentem níveis iguais de retorno ao investimento em educação. Significa dizer que, por exemplo, um impacto negativo poderia ser o resultado da diminuição dos retornos marginais à educação, ocasionando um descompasso entre oferta e demanda de trabalho instruído. Por fim, a última explicação relacionar-se-ia à qualidade da educação. Pritchett (1996) afirma que,

na relação produto por trabalhador. Deste modo, a estimação para o estado de São Paulo⁶ foi:

$$\ln Y_i/L_i = -0,698 \ln K_i/Y_i - 0,558 \ln H_i/L_i + 4,201 \quad (4)$$

$$\sigma (0,074) (0,394) (1,610)$$

$$R^2 = 0,75$$

$$R^2_{\text{ajustado}} = 0,63.$$

Considerações finais

De forma geral, os trabalhos empíricos *macroeconômicos*, que se dedicam à investigação do capital humano, têm buscado aferir os benefícios da educação para a produtividade com base em variáveis quase sempre quantitativas, como níveis de educação e taxas de crescimento. Todavia, as suas soluções ainda não são passíveis de serem tomadas por conclusivas, pelo menos no que tange à prova cabal da existência de uma relação direta entre capital humano e crescimento, tal como pressuposto pelas abordagens teóricas. Parte dos estudos sequer consegue encontrar uma correlação entre a acumulação de capital humano e o crescimento econômico. Por outro lado, no campo *microeconômico*, as evidências empíricas parecem contribuir para ratificar aquela hipótese teórica.

As análises empíricas de autores como Mankiw, Romer e Weil (1992), Hall e Jones (1998) e Barro (1991) buscaram demonstrar a relação direta existente entre o nível de instrução de um país e o crescimento econômico. Também as soluções de Barro e Sala-i-Martin (1995) sugeriam a ratificação das expectativas teóricas que previam o impacto positivo da educação no crescimento. Por outro lado, ao abandonar a hipótese do estado estacionário, os resultados de Benhabib e Spiegel (1994), por exemplo, que tinham por base a obra de Nelson e Phelps (1966), indicavam não haver qualquer daquela correlação. Em alternativa, propuseram um modelo no qual a capacidade inovativa de um país, bem como a sua capacidade para adotar novas tecnologias de origem exógena, era uma variável dependente do seu *stock* de capital humano, que, por sua vez, influenciava a velocidade do *catch-up* tecnológico.

⁶ Estado tomado como referência de análise / uso do método de efeitos fixos / assumido o valor de 1/3 para α .

Acréscimos na relação capital humano por trabalhador não terão implicações na relação produto por trabalhador

em determinados países, notadamente nos subdesenvolvidos, a difusão de conhecimentos nas instituições educacionais pode ocorrer de forma bastante reduzida, podendo sequer alcançar qualquer efeito sobre a acumulação de capital humano.

A equação abaixo revela que acréscimos na relação capital humano por trabalhador não terão implicações

Sumariamente, a literatura trabalhada neste artigo buscou, teórica e empiricamente, demonstrar a relevância do conhecimento, materializado na forma de progresso técnico e/ou capital humano, para o crescimento de uma economia no longo prazo. Naturalmente, as diferenças de método e adoção de hipóteses implicaram no surgimento de certa dificuldade quanto à comprovação da existência de uma correlação positiva entre conhecimento e crescimento econômico, podendo mesmo haver correlações nulas ou negativas. Os resultados empíricos têm atestado ora a favor dos efeitos altamente positivos da educação no crescimento, ora questionando por completo a existência dos mesmos. No presente estudo, os resultados alcançados para o Brasil retornaram uma correlação não significativa entre acumulação de capital humano e crescimento econômico. Significa dizer que parece não haver qualquer influência comprovada do capital humano sobre o PIB dos estados.

Observamos que grande parte dos trabalhos empíricos nesta área tem feito uso de medidas quantitativas de educação como *proxi* para o capital humano, minimizando, conseqüentemente, a importância da sua qualidade. Considerando a discussão em torno dos controversos achados empíricos, chamamos atenção para o fato de que o uso dessas medidas tem se mostrado insuficiente para a análise dos efeitos do conhecimento no crescimento econômico, bem como da forma como se processam. Contudo, esperamos que, com o aperfeiçoamento dos métodos de estimação e a utilização de medidas qualitativas para a educação, os resultados da literatura empírica possam ratificar as previsões dos modelos teóricos, confirmando, desta forma, a expectativa de um impacto positivo da educação no crescimento econômico.

Referências

- ARROW, K. The economic implications of learning by doing. *Review of Economic Studies*, n. 29, p.155-173, 1962.
- BARRO, R. Economic growth in a cross-section of countries. *Quarterly Journal of Economics*, v.106, n.2, p. 407-443, 1991.
- BARRO, R.; SALA-I-MARTIN, X. Economic growth. New York: McGraw-Hill, 1995. (Advanced Series in Economics).
- BENHABIB, J.; SPIEGEL, M. The role of human capital in economic development: evidence from aggregate cross-country data. *Journal of Monetary Economics*, v. 34, n. 2, p. 143-173, 1994.
- DOMAR, E. Capital expansion, rate of growth and unemployment. *Econometrica*, v. 14, n. 2, p. 137-147, 1946.
- FIGUEIREDO, L.; NAKABASHI, L. *Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. (Textos para discussão, 267).
- GROSSMAN, G.; HELPMAN, E. *Innovation and Growth in the Global Economy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.
- HALL, R.; JONES, C. Why do some countries produce so much more output per worker than others?, Cambridge: National Bureau of Economic Research, march, 1988. (NBER Working Papers nº 6564).
- LUCAS, R. On the mechanisms of economic development. *Journal of Monetary Economics*, n. 22, p. 3-42, 1988.
- MANKIW, N.; ROMER, D.; WEIL, D. A contribution to the empirics of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, n. 107, p. 407-437, 1992.
- NELSON, R.; PHELPS, E. Investment in humans, technological diffusion and economic growth. *American Economic Review*, n. 61, p. 69-75, 1996.
- PRITCHETT, L. Where has all the education gone? World Bank, Policy Research Department, 1996. (Working paper, 1581).
- ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economy*, v. 94, n.5, p. 1002-1037, 1986.
- _____. Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, p. S71-S101, 1990a.
- _____. Human capital and growth: theory and evidence. *Carnegie Rochester Conference Series on Public Policy*, n. 32, p. 251-286, 1990b.
- SOLOW, R. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, n. 70, p. 65-94, 1956.
- _____. *Growth Theory An exposition*. Second edition. Oxford: Oxford University Press, USA, Jan. 2000.
- _____. *Siena Lectures on Endogenous Growth Theory*. Collana del Dipartimento di Economia Politica dell'Università degli Studi di Siena, n. 6, 1992a.
- _____. Growth with Equity Through Investment in Human Capital. *George Seltzer Distinguished Lecture Series*, Minnesota, 1992b. (Papers 2). ■

Economia mundial: como as condições internacionais têm ajudado os países emergentes e até quando?

Paulo Sérgio Souza Ferreira*

O PIB mundial, em 2006, teve um crescimento expressivo, impulsionado principalmente pelos EUA e a China, com destaque para as recuperações recentes do Japão e da Europa. Os países periféricos e o Brasil, particularmente, foram beneficiados pela conjuntura internacional extremamente favorável, que proporcionou um afluxo crescente de capitais a esses países. Segundo as projeções mais recentes, publicadas por organismos internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório *World Economic Outlook*¹, a economia mundial deve continuar a ter um crescimento expressivo em 2007.

A continuidade deste período expansionista da economia mundial deve ocorrer em função de dois motivos: 1) em períodos normais (sem turbulências), os investidores internacionais preferem aplicar em títulos menos seguros, mas que rendem mais, como os dos países emergentes, o que aumenta a liquidez internacional, tornando as condições monetárias e financeiras mais propícias aos países em desenvolvimento; 2) o incremento do comércio global torna mais aquecida a demanda externa pelos produtos dos países periféricos, acarretando maior entrada de divisas nesses países, o que possibilita protegê-los de possíveis ataques especulativos contra suas respectivas moedas nacionais, tendo em vista a grande facilidade com que os capitais entram e saem nesses países, dada a sua histórica carência de capitais.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é apontar os resultados alcançados em 2006 e os possíveis rumos que a economia mundial poderá seguir em 2007, contando com a ajuda da análise conjuntural.

EUA

Em dezembro de 2006, foram criados 167 mil empregos fora do setor agrícola nos EUA, mas a taxa de

desemprego manteve-se em 4,5%, de acordo com o Departamento do Trabalho. Segundo o órgão, os setores que mais empregaram estavam ligados à prestação de serviços, incluindo serviços profissionais, e os setores de negócios, saúde e alimentação.

Em dezembro de 2006, foram criados 167 mil empregos fora do setor agrícola nos EUA, mas a taxa de desemprego manteve-se em 4,5%

Este dado representa um avanço considerável em relação ao mês de outubro, quando foram criadas 86 mil vagas. No mês de novembro, foram abertas 154 mil novas oportunidades de trabalho. O número de pessoas desempregadas nos EUA totalizou cerca de 6,8 milhões, permanecendo praticamente inalterado em relação a novembro.

No que tange ao *déficit* orçamentário dos EUA, caiu para US\$ 80,4 bilhões entre outubro e dezembro² do ano passado, resultado 32,6% inferior ao alcançado no mesmo período de 2005 (US\$ 119,4 bilhões) e o menor apurado desde 2002, segundo o Departamento do Tesouro. Neste período, as receitas chegaram a

* Estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). paullmarx@yahoo.com.br.

¹ Este estudo, realizado em setembro de 2006, aponta as estimativas sobre a economia mundial para os anos de 2006 e 2007. Trata também dos desequilíbrios sistêmicos que podem afetar negativamente o PIB global. A próxima atualização será realizada em abril de 2007.

² Primeiro trimestre do novo ano fiscal do país. O ano fiscal americano termina em 30 de setembro.

US\$ 573,5 bilhões. Os gastos, por sua vez, totalizaram US\$ 653,9 bilhões. As receitas com coleta de impostos cresceram 8,2% acima do registrado no mesmo período de 2005, enquanto os gastos governamentais cresceram apenas 0,7% na mesma comparação.

Espera-se, no atual ano fiscal, que o *déficit* supere o resultado alcançado no período anterior (encerrado em 30 de setembro de 2006). Segundo o Escritório do Congresso, a previsão é de um *déficit* de US\$ 286 bilhões, 15,2% a mais que ano fiscal imediatamente anterior (US\$ 248,2 bilhões). A Casa Branca, porém, projeta um *déficit* orçamentário de US\$ 339,2 bilhões no atual ano fiscal.

Quanto à política monetária, o CPI (índice de preços ao consumidor na sigla em inglês) registrou alta de 2,5% em 2006, o menor índice desde 2003, segundo o Departamento de Trabalho. Entretanto, o núcleo de preços, que exclui os preços de alimentos e energia, teve alta de 2,6%, o maior resultado desde 2001. As categorias que mais contribuíram para a alta dos preços em 2006 foram a de energia ligada a *commodities*, com alta de 6,1%, seguro-saúde (3,6%) e moradia (3%).

Em dezembro, a alta de preços ficou acima do previsto, com aumento de 0,5%, mas o núcleo mostrou comportamento mais moderado, com alta de 0,2%, menor desde junho (quando a alta foi de 0,3%).

União Européia

Na zona do euro, os preços ao consumidor tiveram alta de 1,9% em dezembro, segundo a Eurostat, a agência de estatísticas européia. O núcleo³ da inflação teve acréscimo de 1,5%. Entre os países da zona do euro, a Finlândia (1,2%) registrou o menor índice, seguido da Alemanha (1,4%). A Grécia e a Espanha registraram 3,2% e 2,7%, respectivamente.

O preço do gás natural na região foi o elemento que mais pressionou o índice de inflação no bloco, mas os preços do café, dos restaurantes, além dos preços da eletricidade e das hortaliças, itens de peso mais sazonal, também influenciaram os preços ao consumidor.

A expectativa dos analistas é de que, em janeiro, o índice fique acima do nível considerado normal pelo Banco Central Europeu (BCE), ou seja, 2%. O Banco elevou a taxa de juros para 3,5% em dezembro e a manteve no primeiro mês de 2007. A expectativa

A expectativa agora é de que o BCE eleve a taxa de juros para 3,75% a.a.

agora é de que o BCE eleve a taxa de juros para 3,75% a.a., mais provavelmente na reunião do mês de março.

Alemanha

O PIB alemão registrou um crescimento de 2,5% em 2006, melhor resultado desde 2000 (3,5%), segundo o Destatis (Escritório Federal de Estatísticas da Alemanha). Tal desempenho deveu-se ao fortalecimento da demanda doméstica, à geração de empregos e mais gastos por parte das empresas. Além disso, a Copa do Mundo e os incentivos fiscais contribuíram para alavancar a economia alemã.

O Destatis não fez projeções para o ano de 2007, mas espera-se uma desaceleração econômica dos EUA e a apreciação do euro, o que pode desestimular as exportações na Alemanha. Além disso, o BCE sinaliza com novas altas nas taxas de juros, a fim de conter possíveis surtos inflacionários.

No tocante ao mercado de trabalho alemão, foi divulgado um estudo preliminar sobre o desemprego no país. Em novembro, a taxa foi de 8%, ligeiramente abaixo do registrado em outubro (8,1%), mas significativamente mais baixa que a assinalada em novembro de 2005, quando foi registrada uma taxa de desemprego de 9,3%.

China

O PIB chinês registrou aumento de 10,7% em 2006, o mais alto índice desde 1995, quando a expansão foi de 10,9%. Tal desempenho ficou acima das estimativas (10,5%) e colocou o país próximo da Alemanha, que é a 3ª no *ranking* das maiores economias do mundo, atrás apenas dos EUA e Japão. O crescimento de

³ O núcleo da inflação exclui os preços de alimentos, energia, bebidas alcoólicas e tabacos.

10,7% conduziu o PIB chinês à ordem de US\$ 2,68 trilhões. No caso da Alemanha, o PIB calculado foi de US\$ 2,89 trilhões, segundo o FMI. Em 2008, a economia chinesa deve superar a economia alemã.

Os principais motores da economia chinesa foram o alto volume de investimentos e as exportações. Os investimentos cresceram 24% e atingiram US\$ 1,4 trilhões, o que representa 52% do PIB. Os investimentos são feitos em ativos fixos, tais como: construção de fábricas, compra de máquinas e equipamentos, abertura de estradas, entre outros.

O setor externo também teve um papel fundamental no crescimento econômico da China. As exportações cresceram 27,2%, registrando US\$ 969,1 bilhões, o que ficou acima do percentual de 20% de acréscimo das importações, que totalizaram US\$ 791,6 bilhões. O saldo comercial obteve o recorde de US\$ 177,5 bilhões, cifra que supera em 74% o valor obtido em 2005.

Em 2006, a China recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros diretos, alcançando US\$ 63 bilhões, resultado que supera em 4,5% o registrado em 2005.

O crescimento observado na China torna-se mais relevante, quando se leva em consideração as medidas tomadas pelo governo na tentativa de conter o crescimento acelerado. A mais importante dessas medidas foi o aumento da quantidade de dinheiro que os bancos deveriam deixar imobilizado no banco central daquele país. O depósito compulsório subiu três vezes e reduziu em US\$ 38 bilhões os recursos disponíveis para empréstimos, uma das principais alavancas do investimento. Na tentativa de conter o aumento da demanda agregada, o banco central chinês elevou as taxas de juros em abril, que passaram de 5,58% para 5,85% ao ano, sem, entretanto, alcançar o êxito esperado.

América Latina

O fluxo de capitais para a América Latina deve aumentar, passando de US\$ 46 bilhões em 2006 para US\$ 55 bilhões no ano corrente, segundo o relatório *Fluxo de Capitais para Mercados Emergentes 2007*, do Instituto Internacional de Finanças (IIF). A associação global de instituições financeiras reúne 360 membros de 60 países e realiza anualmente projeções sobre desempenho econômico e capitais externos que entram na economia de 30 países considerados emer-

gentes, segundo a referida instituição. O Brasil deve ser o principal responsável por este incremento, pois seria o único país da região a apresentar um crescimento no nível de investimento em 2007, superior ao observado em 2006.

Segundo o mesmo estudo, a taxa de crescimento do PIB da América Latina cairá de 4,8% para 4,2%. Porém o relatório é otimista em relação ao desempenho econômico global dos emergentes em geral, pois o fluxo de capitais deve situar-se em torno de US\$ 470 bilhões em 2007, valor considerável se comparado aos valores do começo desta década.

A taxa de crescimento do PIB da América Latina cairá de 4,8% para 4,2%

Para o diretor-gerente do IIF, Charles Dallara, os países da América Latina deveriam seguir o caminho trilhado pelo Brasil e México, que alcançaram a estabilidade macroeconômica e baixa inflação. Ele também não descarta o risco de uma mudança de humor por parte dos investidores internacionais a respeito da região, como consequência das medidas em direção à nacionalização de setores considerados estratégicos dos governos da Venezuela e da Bolívia: "Seria lamentável se as percepções globais sobre a região fossem afetadas por países como Venezuela, Bolívia e Equador, que correspondem a menos de 10% do PIB da região [...] Mas existe um risco, e isso pode deixar os investidores inquietos" (DÁVILA, 2007).

Venezuela

Como resposta às quedas sucessivas dos preços do petróleo desde julho, o governo venezuelano pressiona por uma reunião de emergência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), para tentar diminuir a oferta e aumentar o preço do barril.

O presidente Hugo Chávez depende da renda do petróleo, que é responsável por 80% das exportações venezuelanas, para manter os programas sociais de seu governo e os que mantêm com outros países latino-americanos como Bolívia e Nicarágua. Parte das divisas obtidas com as exportações alimenta o Fundo

de Desenvolvimento Nacional (Fonden), criado em 2005. Chávez recebeu recentemente a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que concorda com a redução da produção petrolífera. Porém a Arábia Saudita é contrária à reunião de emergência.

Em relação ao comércio bilateral, Hugo Chávez assinou vários acordos de cooperação com o presidente do Equador, Rafael Correa, entre os quais o mais importante é o contrato de troca de petróleo equatoriano por derivados venezuelanos a preços menores.

A Venezuela deve firmar ainda parcerias com o Equador para a construção de refinarias, de um pólo petroquímico e a concessão de uma linha de crédito, por meio da abertura de uma sucursal do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela, com um investimento inicial de US\$ 25 milhões.

Conclusões

O ritmo de expansão da economia mundial deve continuar forte em 2007, registrando uma taxa de crescimento de 4,9%, segundo o World Economic Outlook do FMI, dando continuidade ao período de crescimento acelerado iniciado em 2002. As recuperações recentes do Japão e da Europa, especialmente da Alemanha, parecem confirmar as previsões otimistas. Além disso, a China e a Índia, que podem ter uma expansão chegando à casa dos dois dígitos em 2007, têm contribuído com o bom desempenho da locomotiva global. Entretanto, o risco de uma desaceleração nos EUA, dado o esfriamento do mercado imobiliário, poderia por um freio na economia mundial, o que tem preocupado parte dos analistas internacionais.

Os países emergentes em geral têm se beneficiado da alta liquidez internacional, em especial os latino-americanos. Isto pode ser evidenciado da seguinte forma: 1) estes países têm registrado expressivos resultados nas transações correntes e na balança comercial; 2) houve aumento de suas reservas internacionais; 3) a percepção dos investidores sobre a saúde financeira desses países tem melhorado, resultando em queda do risco-país; 4) os indicadores tradicionais de vulnerabilidade externa têm caído, como no caso brasileiro.

Como se observa, o cenário internacional extremamente favorável tem beneficiado o conjunto dos países periféricos, dada a forte sensibilidade dessas economias ao ambiente externo. O dinamismo dos

emergentes depende fortemente das economias norte-americana e européia e isto é explicado em parte pela estreita vinculação existente entre os dois grupos de países. Especialmente a China tem contribuído para manter aquecida a demanda externa pelas *commodities* no mercado internacional.

Neste sentido, o retorno a períodos recessivos da economia mundial colocaria um obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico das economias emergentes, ao restringir substancialmente o afluxo de capitais a esses países, tornando mais visíveis os problemas estruturais típicos dos países subdesenvolvidos, expressos pela vulnerabilidade externa e a grande carência de capitais. Ainda que os problemas relacionados à grande desigualdade da renda não tenham sido solucionados, mesmo no período mais recente de crescimento da economia em escala mundial, o crescimento econômico destes países continua sendo uma condição *sine qua non* para o alcance de melhorias no padrão de desenvolvimento das nações.

Referências

ALBUQUERQUE, Vinícius. Inflação nos EUA sobe 2,5% em 2006, menor desde 2003. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 2007. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113819.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

BANCO Central europeu mantém taxa de juros em 3,5%. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2007. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113639.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

BLUM, Sérgio. Economia da Índia ferve e já preocupa: ritmo de expansão, que pode chegar a dois dígitos este ano, parece não ser sustentável. *Valor Econômico*, São Paulo, 8 fev. 2007. Especial, p. A-14.

DÁVILA, Sérgio. Cresce fluxo de capitais para países latinos: região deve receber US\$ 55 bilhões em 2007, US\$ 10 bilhões a mais que o registrado no ano passado, prevê estudo do IIF. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2007. Folha Dinheiro, p. B-3.

ECONOMIA da Alemanha tem crescimento de 2,5% em 2006. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2007. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha>

uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113641.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2007.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook*, Sep. 2006. Disponível em: <<http://www.imf.org.br>>. Acesso em: 07 fev. 2007.

INFLAÇÃO na zona da euro fica 1,9% em novembro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2007. Folha Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113770.shtml>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

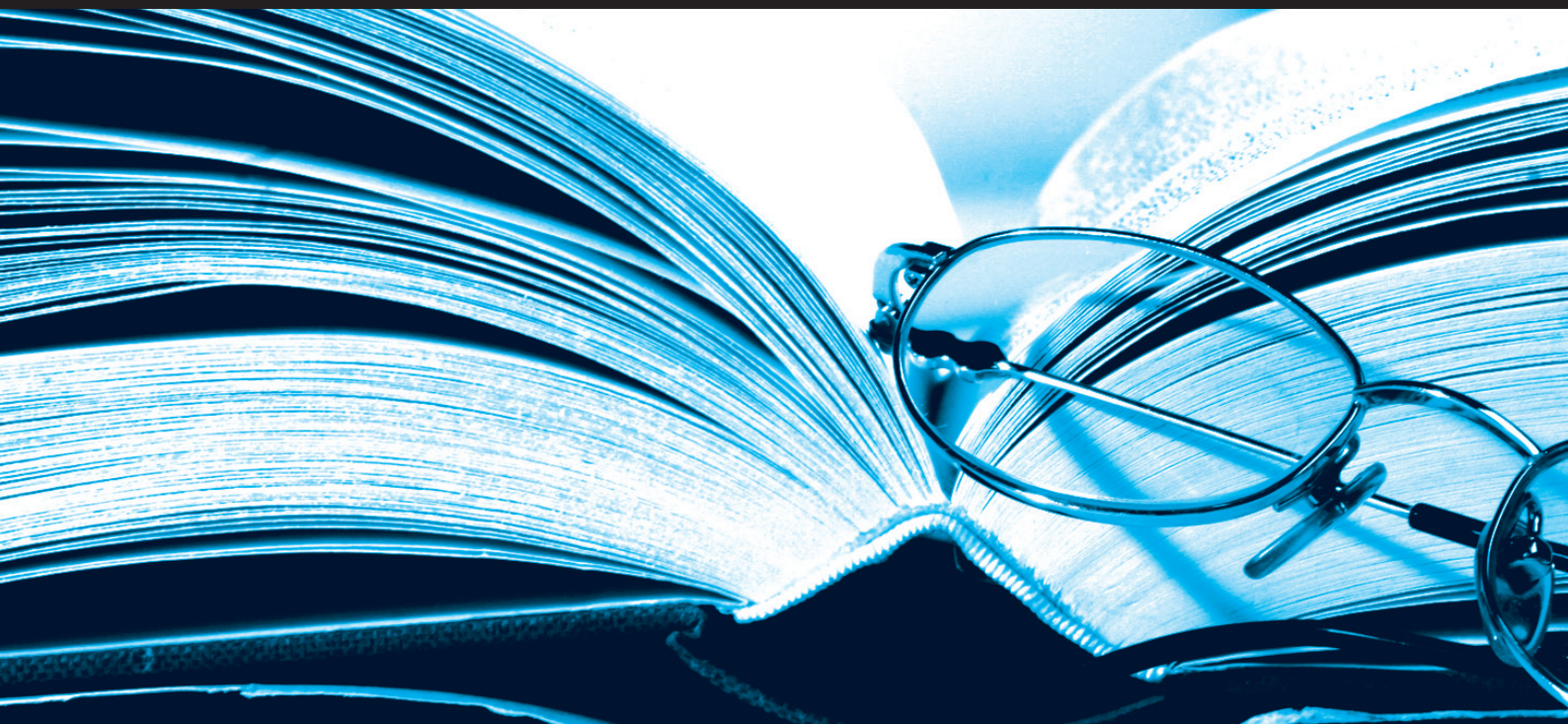
MAISONNAVE, Fabiano. Pacto econômico aproxima ainda mais Correa e Chávez: pelo acordo, Equador

receberá derivados de petróleo da Venezuela a preços menores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2007. Folha Mundo, p. A-9.

TREVISAN, Cláudia. PIB chinês cresce 10,7% em 2006, maior taxa em 11 anos: volume de investimentos é de 52% do PIB; no Brasil, índice está em torno de 20,5%. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jan. 2007. Folha Dinheiro, p. B-6.

VENEZUELA negocia para aumentar preço do petróleo: governo cortou exportações de petrolíferas privadas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jan. 2007. Folha Mundo, p. A-9. ■

O MAIOR ACERVO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ECONOMIA DO ESTADO.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI

De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA

(71) 3115-4748/ cobi@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br



Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 9,8 bi

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período de 2007-2011, totalizam um volume da ordem de R\$ 9,8 bilhões, agregando 434 projetos. Estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que diz respeito ao complexo de atividade econômica, o Madeireiro (31,5%), Químico-Petroquímico (16,9%) e Agroalimentar (13,1%) respondem por 61,5% dos investimentos industriais previstos, perfazendo R\$ 6,0 bilhões em 177 projetos. Os demais agregam recursos na ordem de R\$ 3,8 bilhões, distribuídos em 257 projetos.

Quanto à situação, 55,5% dos investimentos convergem para implantações de novas unidades industriais, representando um aporte de R\$ 5,5 bilhões alocados em 354 projetos. Ampliações e reativações somam 44,5% dos investimentos, totalizando recursos na ordem de R\$ 4,4 bilhões, em 80 projetos.

No que se refere à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Metropolitano e Extremo Sul concentram 72% dos investimentos previstos, representados num volume de R\$ 7,0 bilhões, respondendo por 53% dos projetos (232). Os demais eixos são responsáveis por um montante na ordem de R\$ 2,8 bilhões, alocados em 202 projetos.

Em relação ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 57,7 mil postos de trabalho; os eixos Metropolitano (38,7%) e Grande Recôncavo (15,8%) absorvem aproximadamente 54,5% dos empregos, ou 31,4 mil novos postos. Os restantes respondem por 45,4% dos empregos, especialmente o eixo Planalto Sudoeste, respondendo por 15%.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2007, encontram-se a Indústria Nacional de Asfaltos Ltda., Marinho Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Nutriara Alimentos Ltda., T&A Construção Pré-fabricada Ltda. e a Curt Bahia Indústria e Comércio de Couros Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2007-2011

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.284.177	69
Atividade mineral e beneficiamento	974.389	28
Calçados/Têxtil/Confecções	912.331	57
Complexo madeireiro	3.096.666	19
Eletroeletrônico	225.226	57
Metal-mecânico	422.283	35
Químico-petroquímico	1.665.438	89
Transformação petroquímica	632.915	71
Outros	621.890	9
Total	9.835.315	434

Fonte: SICM / Jornais diversos

Elaboração: CAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/01/07

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2007-2011

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	48.239	7
Chapada Norte	88.335	12
Chapada Sul	3.746	3
Extremo Sul	3.376.213	14
Grande Recôncavo	391.192	64
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	711.542	45
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	3.663.941	218
Nordeste	16.915	5
Oeste do São Francisco	253.154	5
Planalto Central	295.878	3
Planalto Sudoeste	320.918	41
A Definir	640.050	14
Total	9.835.315	434

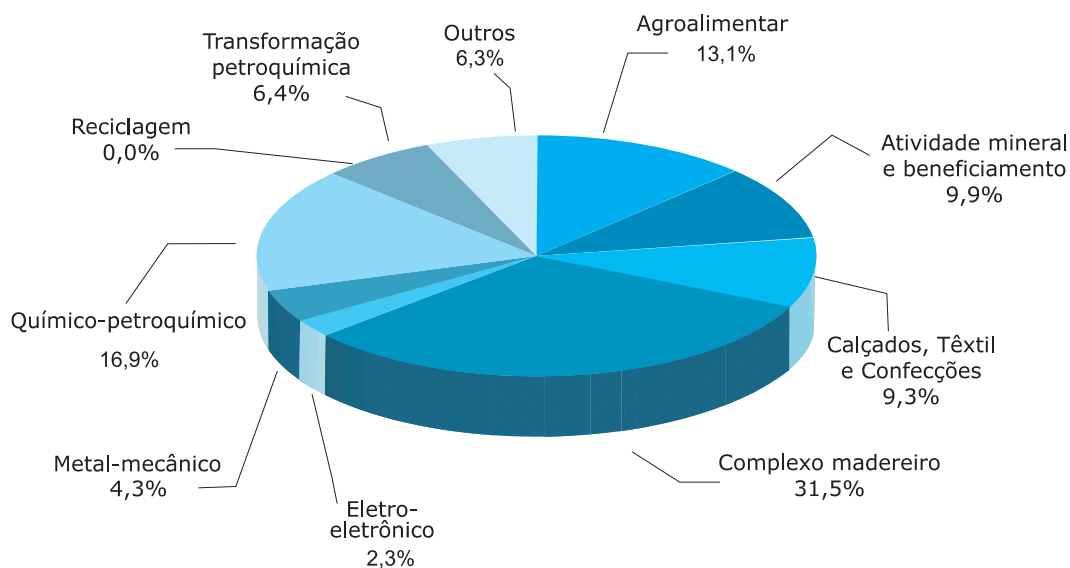
Fonte: SICM / Jornais diversos

Elaboração: CAC -SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/01/07

Investimentos previstos para a Bahia - 2007/2011

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais diversos

Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

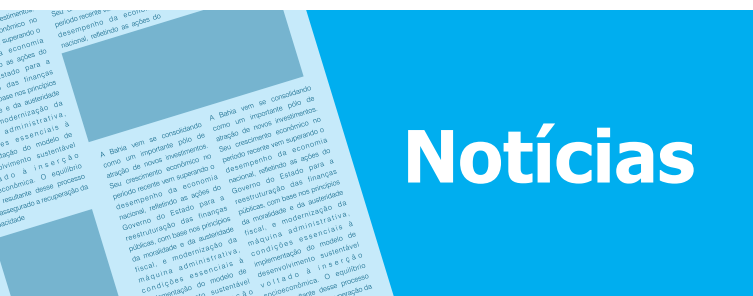
Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



Notícias

Negócios

Novos investimentos para o complexo automotivo baiano

Empresa aplicará pelo menos R\$ 1,8 bilhão no Nordeste, consolidando ainda mais a sua participação na região. Em audiência no Palácio do Planalto, o presidente da Ford América do Sul, Dominic DiMarco, anunciou ontem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao governador da Bahia, Jaques Wagner, investimentos de R\$ 2,2 bilhões para o Brasil, de 2007 a 2011. Também participou do encontro o governador do Ceará, Cid Gomes.

Os recursos serão aplicados na Bahia, no Ceará e em São Paulo. Entretanto, grande parte da verba irá para o Nordeste, sendo uma quantia significativa para o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. Wagner disse que ficou muito satisfeito com o anúncio, pois vai gerar a abertura de novos postos de trabalho e o incremento à indústria do biodiesel. O presidente da Ford declarou que o objetivo da empresa é fortalecer sua presença na região, mas não especificou o valor exato para a Bahia, alegando ser uma “estratégia da Ford” não antecipar o cronograma de aplicação dos valores.

Durante a audiência, foi informado ao presidente Lula que pelo menos R\$ 1,8 bilhão será direcionado aos dois estados do Nordeste, sendo parte para o desenvolvimento da área de engenharia e a compra da Troller, no Ceará, empresa brasileira fabricante de utilitários, veículos *off-road*. Na Bahia, serão aplicados recursos em programas de incentivo ao biodiesel. Haverá um esforço de desenvolvimento na área de engenharia para atingir em pouco tempo o nível B-5, o segundo ciclo do biodiesel, e a forte capacitação para garantir a competitividade do setor a longo prazo.

Ford anuncia novos investimentos para o complexo automotivo baiano. Diário Oficial, 05/01/2007.

Grandes grupos anunciam novos investimentos

Além dos cinco *shopping centers* que estão para ser instalados na capital baiana, incluindo o Salvador Shopping e Shopping Paralela, grandes redes como a Ricardo Eletro estão decididas a ampliar a presença na Bahia, abrindo lojas em várias cidades. Somente o projeto de expansão da rede mineira inclui um total de 22 unidades no estado, sendo seis em Salvador e 16 no interior. Apenas em uma delas, o investimento inicial será de R\$ 1,5 milhão. Outras redes ansiosas por uma maior fatia no mercado varejista local são Romêlia, Renner e Bompreço.

O movimento reforça a vocação da capital baiana para a área do comércio, que, de acordo com o IBGE, representa o mais forte setor, juntamente com a área de serviços. A capital e interior vêm atraindo nos últimos anos pessoas de outros estados para trabalhar nas unidades industriais recém-instaladas, assim como nos grandes hotéis que por aqui vem aportando. Ao final de 2007, a rede terá 64 lojas na Bahia, empregando uma média de 30 funcionários por unidade. Entre os municípios contemplados, estão Barreiras, Juazeiro, Alagoinhas, Porto Seguro, Jacobina, Serrinha, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim.

Vale ainda destacar a pujança do setor imobiliário, com empreendimentos que incluem desde a revitalização da Barra, até os condomínios luxuosos erguidos na rota de crescimento da cidade, região da Paralela, até Camaçari, a exemplo do Alfaville. Pela força com que as redes estão ampliando sua atuação no mercado baiano, os consumidores serão disputados com vigor. A julgar pela guerra de preços entre as redes, os clientes podem sair ganhando. Em um aspecto, já há o que comemorar: essas redes estão interessadas em fugar os potenciais compradores através de facilidades, que incluem conforto, com a disponibilização de lojas mais amplas e bonitas, e comodidade máxima na hora de pagar as contas.

Renner e Wal-Mart – Outras redes estão ampliando atuação na Bahia como parte de seu projeto de expansão no Nordeste. É o caso da Renner, uma das maiores redes de lojas de departamentos de vestuário no Brasil, que está instalando sua segunda unidade na capital baiana, no Salvador Shopping. O empreendimento vai gerar cem empregos diretos. A rede Wal-Mart também anuncia que, das 28 lojas a serem abertas este ano, dez serão na região. O investimento

total para 2007 será de R\$ 850 milhões em inaugurações e reformas. Os estados que irão ganhar as novas unidades ainda estão sendo definidos. No estado da Bahia, a rede Wal-Mart conta atualmente com 47 lojas, sendo sete Hiperbompreço, 32 supermercados Bompreço, sete Todo Dia e um Sam's Club, além de administrar 35 farmácias Bompreço. A expansão neste ano vai abranger todos os formatos da rede.

A intenção de conquistar os clientes com vantagens pode ser comprovada com a decisão das redes em instalar as chamadas megastores, lojas bem mais amplas que trazem uma maior variedade em produtos e serviços. É o caso da Romelsa. Das sete novas unidades, quatro serão master. A Ricardo Electro tem um exemplo bem expressivo de como essas grandes lojas podem mexer com o comportamento do consumidor. A rede está trazendo para o Salvador Shopping uma unidade dentro de uma concepção totalmente inovadora. Possui modelo semelhante apenas em Belo Horizonte, onde funciona a sede da empresa. Entre os diferenciais, o amplo espaço de 2,8 mil metros quadrados, e um estande para prova de produtos antes da aquisição. Para efeito comparativo, a loja do Shopping Iguatemi tem 800 metros quadrados. A exemplo do *boom* que aconteceu na Bahia nos últimos anos com a vinda de inúmeras indústrias, incentivadas pelo programa de atração de empresas, agora o estado assiste a um verdadeiro fenômeno no setor do comércio.

Grandes grupos de varejo anunciam novos investimentos. Correio da Bahia, 29/01/2007.

Indicadores

Crise na aviação pode reduzir turismo na Bahia em até 25%

O *trade* turístico baiano prevê queda no faturamento de até 25% em toda a temporada do Verão caso os problemas nos aeroportos do país não sejam resolvidos até o início do próximo ano. Empresários estão contabilizando grande redução nos negócios do Reveillon, de até 20%, e a expectativa é de que a situação se reverta até o período de pico da alta estação, que vai de janeiro até o Carnaval.

O receio do segmento não acompanha as expectativas otimistas do governo do estado, que calcula que a Bahia deve atrair quase 2,1 milhões de turistas no Ve-

rão 2006/2007, número recorde em relação aos anos anteriores e 6% maior que 2005/2006. A receita decorrente desse fluxo é estimada em US\$364 milhões, o que representa um crescimento da ordem de 8% em comparação a 2005/2006, segundo a Secretaria da Cultura e Turismo.

O presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), seccional Bahia, Sílvia Pessoa, diz que os hotéis já calculam um decréscimo de 10% nos negócios na alta estação. "Nossa previsão era de um Verão bem melhor que o do ano passado, mas com o apagão aéreo estamos trabalhando com uma meta bem abaixo do esperado. No Reveillon, por exemplo, estávamos projetando média de 92% de ocupação nos hotéis, com picos de 100%, e agora está muito bem quem fechar com 80%".

O Tropical Hotel da Bahia, no Campo Grande, registrou uma redução de 20 pontos percentuais no volume de ocupação em comparação ao mesmo período do ano anterior e já considera uma média de ocupação entre 75% e 80% para o verão, estação que em outros anos é sinônimo de casa lotada. O aquecimento maior dos negócios em bares e restaurantes baianos começa a partir de janeiro e até agora o segmento espera um incremento de 30% neste verão. Entretanto, calcula o presidente da Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel), José Ronaldo Teixeira, "se a situação nos aeroportos permanece, os números positivos darão lugar a uma queda de até 25%".

O diretor-presidente da agência de viagens Visão Turismo, Victor Abdon, afirma que, desde o acidente com o avião da Gol, a empresa teve um refluxo no volume de turistas, que veio a se intensificar com os problemas da crise dos controladores de voo, segurança aérea e *overbooking* nas aeronaves. Já o proprietário da agência Alcance Turismo, Luiz Zelada, garante que ainda não registrou queda nas vendas e que é cedo para temer prejuízos.

Crise na aviação pode reduzir turismo na Bahia em até 25%. Diário Oficial, 02/01/2007.

Bahiacal espera gerar R\$ 50 milhões em negócios

É uma grande ousadia dos baianos, duas semanas após a Couromoda (São Paulo), fazer o lançamento da coleção outono-inverno aqui na Bahiacal. Mas uma ousadia saudável, baseada na competência e na pujança

do setor, alicerçada também na força e na qualidade de nossa indústria calçadista, afirmou o secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Rafael Amoedo.

Ele abriu ontem a quarta edição da Feira de Negócios de Calçados, no Centro de Convenções. Promovido pela Associação Baiana das Empresas de Representação de Calçados e Afins (Aberc).

O secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Nilton Vasconcelos, destacou a importância da feira, pelo estímulo que representa para a cadeia produtiva local, não apenas no segmento das representações (comércio e serviços), responsável pela geração de aproximadamente 2,5 mil postos de trabalho, como na indústria calçadista.

Para Vasconcelos, a Bahiacal contribui também para qualificar a mão-de-obra e para a fixação dos empreendimentos produtivos no estado.

Bahiacal espera gerar R\$ 50 milhões em negócios. Diário Oficial, 26/01/2007.

Estado vai produzir 100 mil metros cúbicos de biodiesel por ano

A produção de biodiesel da Indústria Brasileira de Resinas Ltda. (IBR), prevista inicialmente para 20 mil metros cúbicos anuais, será ampliada para 100 mil metros cúbicos anuais a partir da parceria recém-formada com a empresa norte-americana Comanche Energia S/A.

Representantes das duas empresas se reuniram com o governador Jaques Wagner e com o secretário do Planejamento, Ronald Lobato, para discutir os detalhes da ampliação. Para Lobato, o projeto de ampliação é importante, pois se soma à intenção do governo de diversificar operadores e fornecedores e de disseminar o biodiesel junto à agricultura familiar.

O empreendimento, segundo Lobato, não envolve recursos públicos e a participação do Governo do Estado se dá pela isenção do ICMS. Outro ponto positivo, disse, é o envolvimento de várias secretarias, principalmente as da Indústria, Comércio e Mineração, da Agricultura e de Desenvolvimento Social.

O diretor financeiro da Comanche, Ricardo Kume, afirmou que os investimentos necessários na área industrial para a ampliação da produção são de cerca de R\$ 100 milhões. A operação deve começar após o leilão da Petrobras, em fevereiro, e a fábrica estará em pleno

funcionamento até setembro deste ano. Ele explicou que a Bahia foi escolhida para o investimento por diversos motivos. "A proximidade com o porto, que facilita a exportação, e com as refinarias e distribuidoras de petróleo; o mercado consumidor de óleo diesel e biodiesel, que aqui representa quase 10% do mercado brasileiro; e também porque a IBR já estava pronta para começar a produção, enquanto outras empresas estavam apenas na fase do projeto", informou.

Estado vai produzir 100 mil metros cúbicos de biodiesel por ano. Diário Oficial, 31/01/2007.

Ação Governamental

Governo vai aperfeiçoar o Parque da Lagoa

O projeto do Parque Empresarial da Lagoa será ampliado pelo governo estadual e pode servir de modelo para outros municípios baianos. O empreendimento deve sofrer algumas intervenções para ser concluído e poder cumprir seu objetivo de promover a inclusão social em comunidades carentes como a de Coutos.

Em março, novas empresas devem entrar em funcionamento no parque empresarial. Uma delas será a Natybel, fabricante de roupas femininas populares, que instala seus equipamentos e se prepara para produzir 160 mil peças/mês, gerando 180 empregos diretos. Enquanto a unidade industrial de Coutos não entra em operação, 80 habitantes de Moradas da Lagoa foram contratados e estão trabalhando provisoriamente no centro de Salvador, aguardando a transferência para o subúrbio.

Outra unidade industrial com previsão de iniciar sua produção em março é a Via Marina, fabricante de moda praia e *fitness*. Para o gerente de Produção, Ricardo Candeias, a fábrica tem 48 pessoas contratadas, produzindo em um galpão provisório. Todas foram treinadas pela própria Via Marina.

Empreendimento projetado para abrigar 14 indústrias não-poluente no bairro de Coutos, um dos mais carentes de Salvador, o Parque Empresarial da Lagoa deve gerar quase 3 mil empregos diretos para moradores do Loteamento Moradas da Lagoa e seus arredores.

Governo vai aprimorar o Parque da Lagoa. Diário Oficial, 30/01/2007.

Prodecar vai beneficiar região do semi-árido

Cerca de 90 mil pessoas que moram na zona rural dos 32 municípios da Bahia com menores índices de desenvolvimento humano (IDHs) serão beneficiadas, a partir de março, com ações voltadas para geração de emprego e renda e para a melhoria da qualidade de vida. A iniciativa faz parte do Projeto de Desenvolvimento Comunitário das Áreas Mais Carentes do Estado da Bahia (Prodecar), a ser realizado pelo governo estadual, contando com a parceria do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida).

Orçado em US\$ 60 milhões, o projeto terá a metade dos recursos financiada pelo Fida. Os 50% restantes fazem parte da contrapartida estadual. Sediado na Itália, o Fida quer combater a pobreza rural nos países em desenvolvimento. Uma das recomendações do governador do estado foi para que as ações na área de geração de renda evitassem o estímulo à monocultura. A preocupação do governador é com a possibilidade de que as famílias carentes acabem sendo prejudicadas com a instabilidade de preços no mercado, até mesmo por conta de fatores internacionais.

Os municípios beneficiados são Aracatu, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Manoel Vitorino, Mirante, Planalto e Poções, na região sudoeste, e Abaré, Adustina, Antas, Banzaê, Canudos, Chorrochó, Cícero Dantas, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Glória, Heliópolis, Itapicuru, Jeremoabo, Macururé, Novo Triunfo, Parapiranga, Pedro Alexandre, Quijingue, Ribeira do Amparo, Rodelas, Santa Brígida e Sítio do Quinto, na região nordeste.

O secretário do Planejamento, Ronald Lobato, também se mostrou favorável à ampliação do Prodecar, afirmando que a proposta conceitual do projeto, que visa reduzir a pobreza e a desigualdade social no meio rural, justifica o atendimento a uma parcela maior da população baiana. O projeto, além de apoiar atividades geradoras de renda no meio rural, vai implantar obras de infra-estrutura hídrica que melhorem as condições de vida dessas populações.

Está prevista ainda a atuação destacada em capacitação de mão-de-obra, promoção da igualdade de gênero, gestão ambiental, apoio à comercialização e fomento a negócios, particularmente de jovens empreendedores. Outra ação prevista é a assinatura pelo Fida de um termo de doação de US\$ 500 mil para a

implantação de um projeto piloto de biodiesel, tendo a mamona produzida por agricultores familiares como matéria-prima.

Prodecar vai beneficiar 90 mil pessoas na região do semi-árido. Diário Oficial, 31/01/2007.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 6020, de 22 de janeiro de 2007 – Dispõe sobre a dissolução e liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

Decreto nº 6024, de 22 de janeiro de 2007 – Altera as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona.

Decreto nº 6025, de 22 de janeiro de 2007 – Institui o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, seu Comitê Gestor, e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 343, de 05 de janeiro de 2007 – Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00, para os fins que especifica.

Medida provisória nº 351, de 22 de janeiro de 2007 – Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Social – COFINS decorrentes da aquisição de edificações, amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições e dá outras providências.

Medida provisória nº 354, de 22 de janeiro de 2007 – Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de R\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.444, de 05 de janeiro de 2007 – Autoriza o Poder Executivo a efetuar doação à República do Paraguai, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Leis Complementares

Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007 – Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.

Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007 – Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei no 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 706, de 09 de janeiro de 2007 – Revoga os §§ 4º e 5º do art. 34 da Instrução Normativa SRF nº 25, de 6 de março de 2001, e o § 2º do art. 4º da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

Instrução Normativa nº 709, de 30 de janeiro de 2007 – Altera a Instrução Normativa SRF nº 477, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

Instrução Normativa nº 710, de 09 de janeiro de 2007 – Dispõe sobre a apresentação da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País referente ao exercício de 2007, ano-calendário de 2007.

Instrução Normativa nº 711, de 30 de janeiro de 2007 – Altera o art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 81, de 11 de outubro de 2001, e os arts. 9º e 11 da Instrução Normativa SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, relativamente à Declaração Final de Espólio e à Declaração de Saída Definitiva do País, respectivamente, referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Física.

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.437, de 22 de janeiro de 2007 – Contingenciamento de Crédito ao Setor Público. Alteração de Limite – Inclusão do inciso VI do art. 9ºB e dos §§ 13 a 15 da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

Resolução nº 3.438, de 23 de janeiro de 2007 – Contingenciamento de Crédito ao Setor Público – Inclui o art. 9º-I na Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001 – Autoriza contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia.

Resolução nº 3.439, de 30 de janeiro de 2007 – Altera a redação do inciso VIII e inclui o inciso IX ao parágrafo 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

Circulares

Circular nº 3.340, de 17 de janeiro de 2007 – Divulga a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

Carta-Circulares

Carta-Circular nº 3.261, de 04 de janeiro de 2007

– Divulga instruções para o registro de contratações de operações de crédito no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip).

Carta-Circular nº 3.262, de 10 de janeiro de 2007

– Esclarece procedimentos para operação de participante em regime de contingência no Sistema de Transferência de Reservas – STR.

Carta-Circular nº 3.263, de 24 de janeiro de 2007

– Cria subtítulos no Cosif para registro das operações de redução de capital realizadas no País e no exterior.

Comissão de Valores Mobiliários

Instruções

Instrução nº 447, de 11 de janeiro de 2007 – Dispõe sobre multa cominatória e altera a Instrução CVM nº 273, de 12 de março de 1998.

Estado

Atos do Poder Executivo

Decretos

Decreto nº 10.219, de 25 de janeiro de 2007

– Aprova os recursos do Fundo de Cultura da Bahia – FCBA para o exercício de 2007.

Decreto nº 10.220, de 26 de janeiro de 2007

– Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2006.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 44, de 29 de janeiro de 2006 – Altera, para o exercício de 2007, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Jan/2007						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Jan/06	Jan/07	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,23	1,14	1,14	3,42	362598,0	243,09
Habituação e encargos	1,99	0,47	0,47	17,43	838351,8	670,42
Artigos de residência	0,34	0,15	0,15	-1,29	276070,7	230,75
Vestuário	-1,12	-0,21	-0,21	-0,68	311480,8	182,81
Transporte e comunicação	1,75	3,18	3,18	5,90	654413,6	708,23
Saúde e cuidados pessoais	1,00	0,04	0,04	3,70	622450,1	331,62
Despesas pessoais	1,71	2,40	2,40	4,52	685388,9	393,00
Geral	0,71	1,22	1,22	4,17	480264,7	334,67

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Jan/2007					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	142,74	3,73	3,73	5,67	44,16
Belém	159,49	1,48	1,48	0,90	49,34
Belo Horizonte	176,24	2,77	2,77	4,28	54,53
Brasília	173,43	0,92	0,92	-2,64	53,66
Curitiba	170,29	1,38	1,38	4,37	52,68
Florianópolis	172,00	2,02	2,02	8,03	53,21
Fortaleza	128,18	-3,57	-3,57	-3,02	39,66
Goiânia	154,48	1,34	1,34	2,12	47,79
João Pessoa	139,20	3,97	3,97	5,85	43,07
Natal	137,71	-2,14	-2,14	7,86	42,6
Porto Alegre	186,36	0,07	0,07	9,48	57,66
Recife	137,12	3,77	3,77	8,80	42,42
Rio de Janeiro	176,57	3,02	3,02	2,18	54,63
Salvador	137,24	1,80	1,80	6,79	42,46
São Paulo	184,72	1,47	1,47	4,10	57,12
Vitória	168,99	6,84	6,84	2,33	52,28

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2005/2006						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	119.712	134.309	12,2	24.914	25.337	1,7
Algodão Herbáceo	819.977	811.163	-1,1	3.184	3.346	5,1
Alho	7.432	7.398	-0,5	6.939	7.887	13,7
Amendoim	7.042	7.699	9,3	1.150	1.076	-6,5
Arroz Total	92.683	19.605	-78,8	2.376	1.120	-52,9
Arroz Sequeiro	74.832	17.324	-76,8	2.156	1.022	-52,6
Arroz Irrigado	17.851	2.281	-87,2	4.161	4.073	-2,1
Batata-inglesa	177.150	165.650	-6,5	31.578	33.465	6,0
Cana-de-açúcar	5.636.887	6.141.719	9,0	58.761	60.077	2,2
Cebola	121.631	153.009	25,8	20.428	24.779	21,3
Feijão Total	460.505	333.209	-27,6	670	541	-19,3
Feijão 1ª Safra	122.830	72.788	-40,7	482	371	-23,0
Sequeiro	61.912	39.050	-36,9	434	426	-1,8
Irrigado	5.520	5.667	2,7	2.667	3.304	23,9
Caupi	55.398	28.071	-49,3	503	273	-45,7
Feijão 2ª Safra	337.675	260.421	-22,9	781	620	-20,6
Sequeiro	302.735	227.456	-24,9	749	589	-21,3
Irrigado	23.947	19.668	-17,9	2.241	2.271	1,3
Caupi	10.993	13.297	21,0	629	526	-16,4
Fumo	11.021	12.512	13,5	923	1.006	9,0
Mamona	135.394	71.473	-47,2	734	686	-6,6
Mandioca	4.512.817	4.403.414	-2,4	12.840	12.738	-0,8
Milho Total	1.614.899	1.107.016	-31,4	2.067	1.551	-25,0
Milho 1ª Safra	1.206.621	685.359	-43,2	3.020	2.093	-30,7
Sequeiro	1.155.660	634.879	-45,1	2.966	1.982	-33,2
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª Safra	408.278	421.657	3,3	1.070	1.091	2,0
Sequeiro	406.946	420.712	3,4	1.068	1.090	2,1
Irrigado	1.332	945	-29,1	3.149	2.899	-7,9
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,1	2.760	2.282	-17
Sorgo Granífero	104.196	72.487	-30,4	1.798	1.463	-18,6
Tomate	204.599	196.626	-3,9	38.927	39.380	1,2
Trigo	1.915	nd	nd	5.583	nd	nd
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	865.221	1.191.907	37,8	13.880	14.912	7,4
Cacau	142.240	135.925	-4,4	255	261	2,2
Café	140.339	174.792	24,5	962	1.097	14,1
Castanha-de-cajú	5.964	6.553	9,9	289	245	-15,1
Coco-da-baía ⁴	723.600	616.374	-14,8	8.873	7.636	-13,9
Guaraná	1.293	1.405	8,7	209	226	8,3
Laranja ⁵	800.852	945.848	18,1	15.877	18.188	14,6
Mamão ⁵	679.083	760.616	12,0	50.429	55.870	10,8
Pimenta-do-reino	3.224	3.615	12,1	2.457	2.426	-1,3
Sisal	195.680	234.488	19,8	887	889	0,2
Uva	86.338	89.738	3,9	25.230	28.948	14,7

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.805	6.811	41,7	4.805	5.301	10,3	0	1.510
Algodão Herbáceo	257.567	242.461	-5,9	257.567	242.461	-5,9	0	0
Alho	1.071	938	-12,4	1.071	938	-12,4	0	0
Amendoim	6.122	7.155	16,9	6.122	7.155	16,9	0	0
Arroz Total	39.004	17.511	-55,1	39.004	17.511	-55,1	0	0
Arroz Sequeiro	34.714	16.951	-51,2	34.714	16.951	-51,2	0	0
Arroz Irrigado	4.290	560	-86,9	4.290	560	-86,9	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	102.888	6,8	95.929	102.230	6,6	390	658
Cebola	5.954	6.175	3,7	5.954	6.175	3,7	0	0
Feijão Total	775.368	719.900	-7,2	687.440	616.417	-10,3	87.928	103.483
Feijão 1ª Safra	342.929	289.091	-15,7	255.001	196.430	-23,0	87.928	92.661
Sequeiro	230.147	179.669	-21,9	142.717	91.760	-35,7	87.430	87.909
Irrigado	2.070	1.715	-17,1	2.070	1.715	-17,1	0	0
Caupi	110.712	107.707	-2,7	110.214	102.955	-6,6	498	4.752
Feijão 2ª Safra	432.439	430.809	-0,4	432.439	419.987	-2,9	0	10.822
Sequeiro	404.273	396.851	-1,8	404.273	386.029	-4,5	0	10.822
Irrigado	10.687	8.660	-19,0	10.687	8.660	-19,0	0	0
Caupi	17.479	25.298	44,7	17.479	25.298	44,7	0	0
Fumo	11.939	12.437	4,2	11.939	12.437	4,2	0	0
Mamona	185.521	106.254	-42,7	184.346	104.115	-43,5	1.175	2.139
Mandioca	380.078	407.939	7,3	351.473	345.701	-1,6	28.605	62.238
Milho Total	808.761	786.739	-2,7	781.121	713.864	-8,6	27.640	72.875
Milho 1ª Safra	427.140	398.910	-6,6	399.500	327.433	-18,0	27.640	71.477
Sequeiro	417.295	391.770	-6,1	389.655	320.293	-17,8	27.640	71.477
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª Safra	381.621	387.829	1,6	381.621	386.431	1,3	0	1.398
Sequeiro	381.198	387.503	1,7	381.198	386.105	1,3	0	1.398
Irrigado	423	326	-22,9	423	326	-22,9	0	0
Soja	870.000	872.600	0,3	870.000	872.600	0,3	0	0
Sorgo Granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	5.038	-4,1	5.256	4.993	-5,0	0	45
Trigo	343	nd	nd	343	nd	nd	0	nd
Lavouras Permanentes								
Banana	62.424	83.496	33,8	62.336	79.927	28,2	88	3.569
Cacau	556.727	553.476	-0,6	556.727	520.233	-6,6	0	33.243
Café	145.957	162.975	11,7	145.957	159.326	9,2	0	3.649
Castanha-de-cajú	20.779	27.194	30,9	20.660	26.725	29,4	119	469
Coco-da-baía	81.604	81.467	-0,2	81.547	80.724	-1,0	57	743
Guaraná	6.197	6.343	2,4	6.197	6.206	0,1	0	137
Laranja	50.593	52.057	2,9	50.441	52.003	3,1	152	54
Mamão	13.611	13.834	1,6	13.466	13.614	1,1	145	220
Pimenta-do-reino	1.312	1.515	15,5	1.312	1.490	13,6	0	25
Sisal	226.458	280.668	23,9	220.558	234.488	6,3	5.900	46.180
Uva	3.422	3.150	-7,9	3.422	3.100	-9,4	0	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Nov/2006			%
Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria Geral	4,7	4,3	4,8
Extrativa mineral	-1,5	-0,8	-0,4
Indústria de transformação	5,1	4,6	5,1
Alimentos e Bebidas	-2,5	-1,8	-1,2
Celulose, papel e produtos de papel	0,0	21,9	26,5
Refino de petróleo e álcool	12,2	5,9	5,5
Produtos químicos	6,2	1,1	1,5
Borracha e plástico	7,2	4,6	4,1
Minerais não metálicos	-6,6	6,1	7,5
Metalurgia básica	4,7	10,6	11,0
Veículos automotores	0,2	-5,0	-3,4

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Nov/2005 - Nov/2006			%
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Novembro 2005	1,1	4,0	4,6
Dezembro	10,6	4,5	4,5
Janeiro	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	7,6	7,1	4,7
Março	6,6	6,9	5,3
Abril	5,3	6,5	5,2
Mai	7,2	6,7	5,8
Junho	1,4	5,7	6,1
Julho	-1,3	5,1	5,5
Agosto	1,3	4,6	4,6
Setembro	3,3	4,4	4,5
Outubro	2,5	4,2	4,5
Novembro 2006	5,1	4,6	5,1

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Dez/2006				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	5,6	10,1	-0,1	-0,1
Residencial	-5,4	6,1	5,0	5,0
Industrial ¹	-5,7	0,5	1,3	1,3
Comercial	0,9	6,5	1,1	1,1
Utilidades Públicas ²	2,9	11,4	7,1	7,1
Setor Público	-1,0	-2,0	0,2	0,2
Concessionária	17,2	-24,1	-5,7	-5,7
Total	-2,1	5,5	3,0	3,0

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Nov/2006				%
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴	
Comércio Varejista	13,4	9,5	9,1	
Combustíveis e Lubrificantes	4,2	-2,2	-3,7	
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	17,4	13,8	12,7	
Hipermercados e Supermercados	27,0	22,7	20,7	
Tecidos, Vestuário e Calçados	5,6	1,8	3,8	
Móveis e Eletrodomésticos	23,8	20,5	20,8	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,9	3,5	4,5	
Livros, jornais, revistas e papelaria	-31,3	-28,9	-24,6	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-0,9	24,4	30,6	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	16,9	11,9	12,1	
Veículos, Motos e Peças	22,7	21,2	20,2	
Material de construção	-5,1	3,7	2,7	

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços. Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados - Bahia: Dez/2005 - Dez/2006						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Dezembro 2005	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maiο	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro	12,0	-3,6	-8,5	12,8	5,6	-2,4
Novembro	-4,2	-6,3	-8,3	-0,9	4,0	-1,8
Dezembro 2006	-1,5	-9,1	-8,4	1,5	0,5	-1,6

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC-SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Nov/2006				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios	
Desemprego Total	22,6	21,4	27,4	
Desemprego Aberto	14,3	13,5	18,0	
Desemprego Oculto	8,2	8,0	9,4	
Participação (PEA/PIA)	61,1	62,3	56,1	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7	
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2	
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5	
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7	
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5	
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7	
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7	
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0	
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3	
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3	
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3	
Março	14,9	14,4	61,1	61,7	
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5	
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1	
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1	
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2	
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1	
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3	
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6	
Novembro	14,3	13,5	61,1	62,3	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	1.762	134,3	1.344	128,5	418	157,0	1.089	119,0	61,8	23,7	3.356
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380
Junho	1.730	131,9	1.320	126,2	410	154,0	1.153	126,0	60,0	23,7	3.386
Julho	1.739	132,5	1.323	126,5	416	156,2	1.150	125,6	60,2	23,9	3.391
Agosto	1.746	133,1	1.325	126,7	421	158,1	1.149	125,6	60,3	24,1	3.397
Setembro	1.756	133,8	1.343	128,4	413	155,1	1.146	125,2	60,5	23,5	3.403
Outubro	1.766	134,6	1.362	130,2	404	151,7	1.142	124,8	60,7	22,9	3.409
Novembro	1.781	135,7	1.378	131,7	403	151,4	1.134	123,9	61,1	22,6	3.415

Variação mensal

Nov-06/Out-06	0,8	1,2	-0,2	-0,7	0,7	-1,3
----------------------	------------	------------	-------------	-------------	------------	-------------

Variação anual

Nov-06/Nov-05	1,7	1,9	1,0	4,3	-1,0	-0,9
----------------------	------------	------------	------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1
Novembro	9,2	5,0	16,2	32,6	27,1	8,7	1,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Nov/2006										
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. s/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1
Novembro	63,4	38,5	11,1	13,8	22,1	19,1	3,0	3,6	8,7	2,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2005	746	402	79,7	859	495	80,0	
Fevereiro	774	423	82,6	880	514	81,9	
Março	802	423	85,7	910	517	84,8	
Abril	772	409	82,5	881	486	82,1	
Maio	760	399	81,2	866	478	80,7	
Junho	742	407	79,3	853	482	79,5	
Julho	751	423	80,2	869	509	81,0	
Agosto	759	424	81,1	880	530	81,9	
Setembro	758	423	81,0	879	525	81,8	
Outubro	756	421	80,8	863	520	80,4	
Novembro	746	416	79,7	860	518	80,1	
Dezembro	744	416	79,4	843	515	78,5	
Janeiro 2006	758	414	81,0	861	515	80,2	
Fevereiro	766	412	81,8	865	511	80,6	
Março	755	409	80,7	873	509	81,3	
Abril	752	408	80,4	869	507	80,9	
Maio	742	406	79,2	854	504	79,5	
Junho	750	413	80,1	858	505	79,9	
Julho	753	425	80,4	857	502	79,8	
Agosto	766	450	81,9	867	522	80,8	
Setembro	763	452	81,5	862	522	80,3	
Outubro	758	450	81,0	868	524	80,8	
Varição mensal							
Out-06/Set-06	-0,6	-0,3	-0,6	0,7	0,5	0,7	
Varição anual							
Out-06/Out-05	0,3	7,0	0,3	0,5	0,8	0,5	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Outubro de 2006

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro - 1996=100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2005	257	368	445	801	2.308
Fevereiro	274	375	471	815	2.285
Março	291	374	474	822	2.354
Abril	292	366	475	786	2.313
Maio	286	372	470	774	2.345
Junho	267	380	452	762	2.328
Julho	277	385	456	786	2.307
Agosto	297	392	455	799	2.269
Setembro	293	380	452	800	2.207
Outubro	267	371	454	805	2.222
Novembro	252	354	458	788	2.204
Dezembro	278	366	488	789	2.220
Janeiro 2006	292	379	510	783	2.221
Fevereiro	279	381	504	798	2.230
Março	258	375	486	785	2.246
Abril	244	377	465	769	2.263
Maio	242	394	448	742	2.171
Junho	260	392	447	740	2.158
Julho	267	402	459	750	2.151
Agosto	282	403	477	769	2.198
Setembro	291	407	499	770	2.135
Outubro	301	400	485	778	2.079

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro de 2006

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2005	729	987	548	735	820	423
Fevereiro	740	986	551	747	828	429
Março	771	1.123	584	744	860	455
Abril	744	1.065	564	711	832	453
Maiο	733	1.029	570	706	822	454
Junho	703	909	568	695	787	434
Julho	707	927	599	689	792	432
Agosto	713	978	579	691	793	438
Setembro	721	1.065	574	685	802	446
Outubro	718	1.053	551	684	800	435
Novembro	721	1.052	590	679	806	434
Dezembro	709	1.010	591	677	796	418
Janeiro 2006	725	1.011	597	713	808	438
Fevereiro	730	1.060	576	701	819	426
Março	726	1.057	532	701	814	428
Abril	710	1.031	535	672	793	431
Maiο	693	930	528	688	768	439
Junho	709	931	564	707	785	439
Julho	712	952	562	709	790	423
Agosto	719	969	586	707	794	441
Setembro	713	972	603	687	785	445
Outubro	713	948	629	675	785	458

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de outubro de 2006

Nota: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Out/2006

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	130	282	402	773	1.642	282	328	495	920	1.762
Fevereiro	142	282	423	865	1.642	282	328	514	975	1.841
Março	162	282	423	863	1.738	280	326	517	974	1.955
Abril	140	280	409	819	1.624	279	323	486	965	1.895
Maio	129	278	399	767	1.618	278	322	478	862	1.913
Junho	128	279	407	751	1.610	279	318	482	858	1.802
Julho	127	317	423	807	1.594	317	318	509	943	1.896
Agosto	127	318	424	848	1.643	318	339	530	954	1.853
Setembro	126	316	423	842	1.684	316	349	525	955	1.895
Outubro	156	312	421	823	1.589	312	338	520	947	1.800
Novembro	155	311	416	780	1.578	311	333	518	932	1.825
Dezembro	155	309	416	819	1.561	309	331	515	917	1.666
Janeiro 2006	155	307	414	819	1.637	307	342	515	927	1.826
Fevereiro	153	306	412	816	1.637	306	348	511	920	1.836
Março	152	304	409	811	1.535	304	345	509	918	1.826
Abril	151	304	408	808	1.598	304	353	507	913	1.817
Maio	151	304	406	803	1.521	304	353	504	908	1.807
Junho	150	351	413	801	1.588	351	353	505	908	1.803
Julho	150	350	425	800	1.601	350	356	502	901	1.778
Agosto	151	350	450	803	1.606	350	365	522	904	1.708
Setembro	150	350	452	803	1.606	350	371	522	903	1.707
Outubro	150	350	450	803	1.600	350	380	524	953	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de outubro de 2006

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Dez/2006					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2005	63.952	10.810	9.507	15.552	28.003
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	25.089	6.715	-2.323	14.717	9.571
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Novembro	141	-118	-1.075	3.180	2.382
Dezembro	-6.815	-1.290	-1.994	460	-400
Jan/06 - Dez/06	25.089	6.715	-2.323	14.717	9.571

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Dez/2006**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	36.057	3.555	6.414	5.322	21.610
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	14.967	3.450	76	5.919	5.300
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Novembro	3.962	241	97	1.448	2.154
Dezembro	-1.495	-242	-1.415	204	-79
Jan/05 - Dez/06	14.967	3.450	76	5.919	5.300

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Nov/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Out-Nov/2006 (c)	% (c/b)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	815.788.483	815.788.483	130.386.927	15,98	713.332.174	87,44	102.456.309
Receitas Correntes	575.218.298	575.218.298	94.109.481	16,36	521.279.768	90,62	53.938.530
Receita Tributária	173.600.935	173.600.935	25.923.161	14,93	150.237.723	86,54	23.363.212
Receita de Contribuições	330.288.651	330.288.651	55.256.793	16,73	285.205.562	86,35	45.083.089
Receita Patrimonial	35.056.708	35.056.708	5.438.995	15,51	36.260.877	103,43	(1.204.169)
Receita Agropecuária	20.857	20.857	5.848	28,04	25.602	122,75	(4.745)
Receita Industrial	512.252	512.252	89.652	17,50	338.439	66,07	173.813
Receita de Serviços	23.927.124	23.927.124	4.345.385	18,16	24.380.081	101,89	(452.957)
Transferências Correntes	330.769	330.769	26.377	7,97	153.606	46,44	177.163
Outras Receitas Correntes	11.481.002	11.481.002	3.023.270	26,33	24.677.878	214,95	(13.196.876)
Receitas de Capital	240.570.185	240.570.185	36.277.446	15,08	192.052.406	79,83	48.517.779
Operações de Crédito	168.700.936	168.700.936	28.635.152	16,97	141.022.015	83,59	27.678.921
Alienação de Bens	5.472.520	5.472.520	231.461	4,23	4.375.878	79,96	1.096.642
Amortizações de Empréstimos	22.645.063	22.645.063	2.942.331	12,99	20.988.133	92,68	1.656.930
Transferências de Capital	85.803	85.803	8.621	10,05	534.847	623,34	(449.044)
Outras Receitas de Capital	43.665.863	43.665.863	4.459.880	10,21	25.131.533	57,55	18.534.330

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan -Nov/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Out-Nov/2006 (c)	% (c/b)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	7.443.330	7.443.330	1.441.497	19,37	6.217.138	83,53	1.226.192
Receitas Correntes	7.443.330	7.443.330	1.441.497	19,37	6.217.138	83,53	1.226.192
Receita Tributária	-	-	10	-	162	-	(162)
Receita de Contribuições	7.443.330	7.443.330	1.264.194	16,98	5.952.773	79,97	1.490.557
Receita Patrimonial	-	-	47	-	1.864	-	(1.864)
Receita Industrial	-	-	19.752	-	94.501	-	(94.501)
Receita de Serviços	-	-	7.630	-	17.878	-	(17.878)
Outras Receitas Correntes	-	-	149.863	-	149.960	-	(149.960)
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	823.231.813	823.231.813	131.828.424	16,01	719.549.312	87,41	103.682.501
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	837.540.472	837.540.472	88.128.662	10,52	357.918.720	42,73	479.621.752
Operações de Crédito Internas	837.540.472	837.540.472	84.254.266	10,06	348.117.365	41,56	489.423.107
Operações de Crédito Externas	-	-	3.874.396	-	9.801.355	-	(9.801.355)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III+IV)	1.660.772.285	1.660.772.285	219.957.086	13,24	1.077.468.032	64,88	583.304.253
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)=(V+VI)	1.660.772.285	1.660.772.285	219.957.086	13,24	1.077.468.032	64,88	583.304.253
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	110.329.832	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Nov/2006									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Out-Nov/ 2006 (d)	Até o bimestre (e)	Out-Nov/ 2006 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	818.511.679	57.015.726	875.527.405	59.749.611	790.205.016	125.298.807	688.001.586	78,6	187.525.819
Despesas Correntes	650.043.819	7.795.504	657.839.323	55.089.133	618.175.232	112.153.080	549.009.587	83,5	108.829.736
Pessoal e Encargos Sociais	104.259.616	142.485	104.402.101	9.923.592	100.082.416	20.442.022	94.955.918	91,0	9.446.183
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	14.316	179.539.550	119.174	177.167.234	32.359.699	142.543.595	79,4	36.995.955
Outras Despesas Correntes	366.258.969	7.638.703	373.897.672	45.046.367	340.925.582	59.351.359	311.510.074	83,3	62.387.598
Transf. a Estados, DF e Municípios	124.207.966	1.307.045	125.515.011	5.896.652	122.625.855	18.626.520	104.046.852	82,9	21.468.159
Benefícios Previdenciários	154.984.132	-	154.984.132	27.179.192	143.526.979	26.126.686	142.471.543	91,9	12.512.589
Demais Despesas Correntes	87.066.871	6.331.658	93.398.529	11.970.523	74.772.748	14.598.153	64.991.679	69,6	28.406.850
Despesas de Capital	145.621.338	51.102.792	196.724.130	4.660.478	172.029.784	13.145.727	138.991.999	70,7	57.732.131
Investimentos	21.211.806	4.299.644	25.511.450	2.328.034	13.776.581	1.852.274	4.470.553	17,5	21.040.897
Inversões Financeiras	30.186.483	678.933	30.865.416	2.180.656	24.202.368	4.367.480	17.704.413	57,4	13.161.003
Amortização da Dívida	94.223.049	46.124.215	140.347.264	151.788	134.050.835	6.925.973	116.817.033	83,2	23.530.231
Reserva de Contingência	22.846.522	(1.882.570)	20.963.952	-	-	-	-	-	20.963.952
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	9.401.895	(16.655)	9.385.240	1.062.656	8.504.340	1.662.506	7.415.106	79,0	1.970.134
Despesas Correntes	8.801.698	(16.655)	8.785.043	932.070	7.948.691	1.533.413	6.917.269	78,7	1.867.774
Pessoal e Encargos Sociais	8.395.500	(16.674)	8.378.826	874.307	7.581.041	1.470.268	6.628.739	79,1	1.750.087
Outras Despesas Correntes	406.198	19	406.217	57.763	367.650	63.145	288.530	71,0	117.687
Despesas de Capital	600.197	0	600.197	130.586	555.649	129.093	497.837	82,9	102.360
Investimentos	29.082	0	29.082	2.016	4.739	1.261	2.092	7,2	26.990
Inversões Financeiras	571.115	0	571.115	128.570	550.910	127.832	495.745	86,8	75.370
Subtotal das Despesas (X)= (VIII+IX)	827.913.574	56.999.071	884.912.645	60.812.267	798.709.356	126.961.313	695.416.692	78,6	189.495.953
Amortização da Dívida - Re-financiamento (XI)	832.858.711	0	832.858.711	1.625.956	821.046.562	85.423.282	345.638.086	41,5	487.220.625
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	3.355.956	815.072.344	85.386.522	341.513.245	41,3	485.371.248
Refinanciamento de Outras Dívidas	5.974.218	0	5.974.218	(1.730.000)	5.974.218	36.760	4.124.841	69,0	1.849.377
Subtotal com Refinancia-mento (XII) = (X+XI)	1.660.772.285	56.999.071	1.717.771.356	62.438.223	1.619.755.918	212.384.595	1.041.054.778	60,6	676.716.578
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	36.413.254	-	-
Total XIV = (XII+XIII)	1.660.772.285	56.999.071	1.717.771.356	62.438.223	1.619.755.918	212.384.595	1.077.468.032	-	676.716.578

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Out/2006							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set/Out	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	15.484.891	15.904.532	2.718.798	17,09	12.336.644	77,57	3.567.888
Receita Tributária	8.800.006	8.836.479	1.714.838	19,41	7.103.372	80,39	1.733.107
Impostos	8.550.199	8.586.672	1.673.231	19,49	6.887.172	80,21	1.699.501
Taxas	249.807	249.807	41.607	16,66	216.200	86,55	33.606
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	286.254	17,85	1.385.244	86,36	218.752
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	286.254	17,85	1.385.244	86,36	218.752
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	131.115	32.388	24,70	150.998	115,17	(19.884)
Receitas Imobiliárias	7.986	9.141	1.409	15,42	8.266	90,43	875
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	115.773	27.867	24,07	137.498	118,77	(21.726)
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	2.536	45,69	3.998	72,04	1.552
Outras Receitas Patrimoniais	93	651	576	88,53	1.236	189,86	(585)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	4	0,24	12	0,73	1.623
Receita da Produção Vegetal	150	150	3	2,00	3	2,00	147
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	1	0,08	9	0,71	1.196
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	0,16	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	92.093	11.261	12,23	51.685	56,12	40.407
Receita de Serviços	79.558	92.093	11.261	12,23	51.685	56,12	40.407
Transferências Correntes	5.497.055	5.530.063	761.924	13,78	4.082.418	73,82	1.447.645
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.340.995	745.898	13,97	4.017.711	75,22	1.323.283
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.315	58	4,41	461	35,03	854
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	187.753	15.968	8,50	64.246	34,22	123.507
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	1.126.114	161.094	14,31	669.313	59,44	456.801
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	825	16,57	94.361	73,26	6.651
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	21.340	2,87	22.101	76,87	34.437
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	44.500	606,35	49.793	678,47	(42.454)
Receitas Diversas	625.697	961.226	94.429	9,82	503.058	52,34	458.168
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(248.965)	17,57	(1.106.397)	78,08	(310.665)
Receitas de Capital	941.058	946.033	64.871	6,86	330.832	34,97	615.201
Operações de Crédito	698.573	698.573	48.831	6,99	275.862	39,49	422.711
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	11.024	2,88	78.681	20,52	304.721
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	37.807	12,00	197.181	62,56	117.990
Alienação de Bens	37.727	41.268	1.216	2,95	10.659	25,83	30.609
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.242	72	0,22	2.627	7,90	30.615
Alienação de Bens Imóveis	4.557	8.026	1.144	14,25	8.032	100,07	(6)
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	431	8,39	2.044	39,83	3.088
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	5.132	431	8,39	2.044	39,83	3.087
Transferências de Capital	196.387	197.821	14.393	7,28	42.268	21,37	155.553
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	1.357	10,68	1.602	12,60	11.114
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	2.427	-	-	173	7,12	2.254
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	182.607	13.036	7,14	40.493	22,17	142.114
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	16.850.566	2.783.669	16,52	12.667.476	75,18	4.183.089

continua...

Balanco Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Out/2006

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set/Out	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	16.850.566	2.783.669	16,52	12.667.476	75,18	4.183.089
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	16.425.949	16.850.566	2.783.669	16,52	12.667.476	75,18	4.183.089
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	16.425.949	16.850.566	2.783.669	16,52	12.667.476	75,18	4.183.089
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	329.123	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Out/2006

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set-Out	No exercício	Bim. Set-Out	No exercício	
Despesas Correntes	13.650.484	137.076	13.787.560	2.263.867	10.589.481	2.245.728	10.439.668	3.347.892
Pessoal e Encargos Sociais	6.991.340	58.915	7.050.255	1.138.967	5.617.242	1.126.933	5.600.359	1.449.896
Juros e Encargos da Dívida	805.880	(100.062)	705.818	98.764	463.701	98.764	463.701	242.117
Outras Despesas Correntes	5.853.264	178.223	6.031.487	1.026.135	4.508.538	1.020.031	4.375.608	1.655.879
Despesas de Capital	2.743.965	304.648	3.048.613	397.507	1.722.451	373.866	1.665.262	1.383.351
Investimentos	1.611.710	76.030	1.687.741	182.323	752.533	158.683	695.345	992.395
Inversões Financeiras	135.869	(6.693)	129.176	16.007	61.073	16.006	61.072	68.104
Amortização da Dívida	996.385	235.311	1.231.697	199.177	908.845	199.177	908.845	322.852
Reserva de Contingência	31.500	(17.108)	14.392	-	-	-	-	14.392
Subtotal das Despesas (VIII)	16.425.949	424.616	16.850.566	2.661.374	12.311.932	2.619.595	12.104.931	4.745.635
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)= (VIII+IX)	16.425.949	424.616	16.850.566	2.661.374	12.311.932	2.619.595	12.104.931	4.745.635
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	562.545	-
Total (XII)=X+XI	16.425.949	424.616	16.850.566	2.661.374	12.311.932	2.619.595	12.667.476	4.745.635

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Nov/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maiο	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439	597.869	65.828	82.583	682.267	680.452
Julho	514.707	606.423	85.607	91.280	600.314	697.703
Agosto	490.534	637.657	82.891	95.985	573.425	733.642
Setembro	625.826	785.574	77.998	76.935	703.824	862.509
Outubro	634.026	770.089	52.120	82.240	686.146	852.329
Novembro	618.966	661.459	49.475	57.267	668.441	718.726
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	6.877.127		772.828		7.649.955	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da receita tributária ¹ - Bahia: Jan/2005 - Nov/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	664.298	634.940	31.497	54.302	695.795	689.243
Fevereiro	546.647	618.506	65.551	80.475	612.199	698.981
Março	501.587	586.499	50.256	59.964	551.843	646.463
Abril	539.434	621.455	69.597	61.557	609.031	683.012
Maiο	618.425	567.834	68.070	89.989	686.495	657.823
Junho	636.241	611.100	67.943	84.411	704.183	695.510
Julho	533.393	618.790	88.715	93.142	622.108	711.932
Agosto	512.369	648.009	86.581	97.543	598.949	745.552
Setembro	654.547	796.422	81.578	77.997	736.125	874.420
Outubro	658.948	774.478	54.169	82.709	713.117	857.187
Novembro	641.175	661.459	51.250	57.267	692.425	718.726
Dezembro	621.014		85.703		706.717	
Total	7.128.079		800.908		7.928.987	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de Agosto/2006 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Nov/2006												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
Janeiro 2006	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	103.014	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	106.864	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	110.714	3.850	44.224	246.294	2.114.176
Setembro	199.305	1.974.367	14.894	104.247	-	70.243	15.374	114.564	3.850	48.074	233.422	2.347.599
Outubro	180.610	2.154.977	12.577	116.824	25.140	95.384	13.911	118.415	3.850	51.925	236.089	2.583.687
Novembro	222.445	2.377.423	12.654	129.478	-	95.384	17.045	153.078	34.664	86.588	286.808	2.870.496

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF

Município

Balanco Orçamentário Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Out/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Set-Out/2006 (b)	% b/a	Jan-Out/2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	2.153.816	2.158.191	317.021	14,7	1.484.417	68,8	673.774
Receita Tributária	572.188	572.188	94.166	16,5	505.160	88,3	67.028
Impostos	482.454	482.454	83.747	17,4	430.801	89,3	51.653
Taxas	89.734	89.734	10.052	11,2	72.539	80,8	17.195
Outras Receitas Tributárias	-	-	367	-	1.820	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	11.918	14,4	58.401	70,5	24.392
Contribuições Sociais	37.254	37.254	4.811	12,9	22.006	59,1	15.248
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.107	15,6	36.395	79,9	9.144
Receita Patrimonial	49.043	49.043	5.359	10,9	26.512	54,1	22.531
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	196	14,2	876	63,4	506
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	2.399	23,4	14.395	140,4	(4.144)
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	2.682	10,7	11.080	44,4	13.897
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	82	0,7	161	1,3	12.272
Receita Industrial	3.900	3.900	462	11,8	462	-	3.438
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	462	11,8	462	-	3.438
Receita de Serviços	29.303	31.592	2.457	7,8	5.599	17,7	25.993
Receita de Serviços	29.303	31.592	2.457	7,8	5.599	17,7	25.993
Transferências Correntes	1.190.445	1.192.531	187.112	15,7	813.019	68,2	379.512
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	184.704	16,1	798.256	69,8	345.929
Transf. de Instituições Privadas	8	8	-	-	170	2.125,0	(162)
Transferências de Convênios	46.252	48.338	2.408	5,0	14.590	30,2	33.748
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	15.547	6,9	75.264	33,3	150.880
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	9.486	12,4	36.697	48,1	39.662
Indenizações e Restituições	-	-	981	-	4.329	-	(4.329)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	5.154	3,7	28.992	21,1	108.492
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	(74)	(0,6)	5.246	42,6	7.055
Receitas de Capital	66.317	66.367	2.943	4,4	21.954	33,1	44.413
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	36	23,8	39	25,8	112
Alienação de Bens Móveis	151	151	36	23,8	39	25,8	112
Transferências de Capital	54.438	54.488	2.907	5,3	21.915	40,2	32.573
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências de Convênios	50.418	50.468	2.907	5,8	21.915	43,4	28.553
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(12.838)	16,5	(56.876)	73,0	(21.007)
Subtotal das Receitas (I)	2.142.250	2.146.675	307.126	14,3	1.449.495	67,5	697.180
Déficit (II)	-	-	21.036	-	18.265	-	-
Total (III)= (I+II)	2.142.250	2.146.675	328.162	15,3	1.467.760	68,4	697.180

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Balanço Orçamentário Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan - Out/2006									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Set-Out/ 2006 (d)	Jan-Out/ 2006 (e)	Set-Out/ 2006 (f)	Jan-Out/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.879.810	63.900	1.943.710	288.524	1.590.776	306.060	1.359.397	69,9	584.313
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	1.329	601.896	64.251	537.919	96.168	464.853	77,2	137.043
Juros e Encargos da Dívida Interna	80.095	(6.129)	73.966	14.513	67.887	12.065	57.555	77,8	16.411
Outras Despesas Correntes	1.199.148	68.700	1.267.848	209.760	984.970	197.827	836.989	66,0	430.859
Despesas de Capital	259.921	(55.608)	204.313	21.449	133.340	22.102	108.363	53,0	95.950
Investimentos	180.947	(61.752)	119.195	13.926	53.241	8.134	42.118	35,3	77.077
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	579	3.258	53	2.371	59,0	1.647
Amortização da Dívida	74.956	6.144	81.100	6.944	76.841	13.915	63.874	78,8	17.226
Reserva de Contingência	2.519	-	2.519	-	-	-	-	-	2.519
Subtotal das Despesas (I)	2.142.250	8.292	2.150.542	309.973	1.724.116	328.162	1.467.760	68,3	682.782
Amortização da Dívida/Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	2.142.250	8.292	2.150.542	309.973	1.724.116	328.162	1.467.760	68,3	682.782
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.142.250	8.292	2.150.542	309.973	1.724.116	328.162	1.467.760	68,3	1.009.767

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS - Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

